

3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA
3rd International Congress on Luso-Brazilian Construction History

Anais do

3º CIHCLB



**3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA**

3rd International Congress on Luso-Brazilian Construction History

SALVADOR - BAHIA - BRASIL

3 a 6 de setembro de 2019

Anais do

3º CIHCLB

www.3cihclb.ufba.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração

Salvador, 2019

Os conteúdos dos artigos publicados nestes anais são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FAU)

C749

Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira (3. : 2019 : Salvador, BA).

Anais do 3º CIHCLB [recurso eletrônico] : Salvador, 3 a 6 de setembro de 2019 / Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração, organizador. – Salvador, BA : Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração, 2019.

1 v. : il.

Organização do Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração da Universidade Federal da Bahia.

ISBN 978-85-8292-220-0

1. Arquitetura - Brasil - Portugal - História. I. Universidade Federal da Bahia. Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração. II. Título.

CDU: 72.03(81+469)

Responsável técnico: Ramon Davi Santana – CRB/5-1972

APRESENTAÇÃO

Realizadas as duas primeiras edições deste evento científico, focado na discussão e divulgação de temáticas que se inscrevem no domínio da História da Construção de matriz Portuguesa e Brasileira, pretende-se agora, com a realização do 3.º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira na cidade de Salvador, estado da Bahia, no Brasil, consolidar um projecto científico cuja relevância para o estabelecimento e aprofundamento deste campo de conhecimento não é de mais salientar.

Com efeito, a realização do presente congresso, oportunamente estabelecido em torno de duas áreas temáticas complementares e de grande abrangência e interesse – materiais, técnicas e história da construção; e formação e disseminação do conhecimento técnico e científico –, espera-se que venha a constituir um momento privilegiado para a partilha de estudos e reflexões que, sem prejuízo da sua evidente utilidade, muito em particular, no domínio da conservação e reabilitação do património arquitectónico, constituem, per se, um acervo de conhecimentos cujo valor específico encontra expressão e reconhecimento nos vários congressos internacionais que, desde 1996 com a realização do Primer Congreso Nacional de Historia de la Construcción em Madrid, Espanha, se têm debruçado sobre temas que vão da história dos materiais e sistemas construtivos do passado, até à literatura técnica dispersa em tratados, manuais e publicações diversas, passando pela organização de estaleiros, entre muitos outros temas correlacionados.

O reconhecimento da existência de uma especificidade construtiva no que à Arquitectura Portuguesa e Brasileira diz respeito, perceptível também, de alguma forma, noutras regiões de África e da Ásia onde a presença portuguesa se fez igualmente sentir, dá todo o sentido a este esforço conjunto de arquitectos, engenheiros, historiadores, arqueólogos, sociólogos, entre outros, visando construir um campo de conhecimento multidisciplinar que, seguindo de perto experiências mais antigas e consolidadas entre tanto desenvolvidas noutros países da Europa, designadamente sob os auspícios das respectivas sociedades nacionais de História da Construção, tem como objecto central a história dos processos construtivos entre os dois países.

Visando promover a qualidade científica do congresso, o evento conta com uma ampla comissão científica, constituída maioritariamente por reputados membros de instituições brasileiras e portuguesas, mas também de outros países da América Latina, assim como com a participação de conferencistas de reconhecido prestígio académico e profissional.

Com a realização do 3.º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, sob a responsabilidade da Universidade Federal da Bahia e com a colaboração, no Brasil, do Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo e, em Portugal, do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Universidade do Porto e do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, visa-se proporcionar uma oportunidade única para a apresentação e discussão de estudos e trabalhos versando os vários temas abordados no congresso, certos de que desta partilha resultará o desejado enriquecimento de todos os participantes, bem como da História da Construção em Portugal e no Brasil.

Nelson Pôrto Ribeiro
Presidente da Comissão Científica Brasileira
Universidade Federal do Espírito Santo

Rui Humberto Costa de Fernandes Póvoas
Presidente da Comissão Científica Estrangeira
Universidade do Porto

COMISSÃO ORGANIZADORA

Mário Mendonça de Oliveira (UFBA)
Presidente

Membros brasileiros

Alberto Borges Vieira Junior (UFBA)
Aline de Carvalho Luther (UFBA)
Ana Cristian Alves de Magalhães (UFBA)
Eliana Ursine da Cunha Mello (UFBA)
Elias José de Almeida Machado (UFBA)
Jardel Pereira Gonçalves (UFBA)
Karina Matos de A. Fadigas Cerqueira (UFBA)
Larissa C. Acatauassú Nunes Santos (UFBA)
Manuella Araújo de Souza (UFBA)
Maria Angélica Reis Schianta (UFBA)
Maria das Graças Rodrigues da Silva (UFBA)
Nelson Pôrto Ribeiro (UFES)
Renata Lucena Gribel (UFBA)
Rosana Muñoz (UFBA)
Sílvia Pimenta d’Affonsêca (UFBA)

Membros portugueses

Maria Clara de C. Pimenta do Vale (FAUP)
José Manuel Aguiar Portela da Costa (FAUL)
Rui Humberto C. de Fernandes Póvoas (FAUP)

Apoio Técnico

Alice Ivone da Silva Santos (UFBA)
Betina Kelly dos Santos Abreu (UFBA)
Janainna Santos Araújo Dias (UFBA)
Leticia Estrela Velame Cruz (UFBA)
Uine Tainan Gomes Araujo (UFBA)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Nelson Pôrto Ribeiro (UFES)

Presidente da Comissão Científica Brasileira

Rui Humberto Costa de F. Póvoas (FAUP)

Presidente da Comissão Científica Estrangeira

Membros brasileiros

Alberto Borges Vieira Junior (UFBA)
Ana Cristian Alves de Magalhães (UFBA)
Anna Beatriz Ayrosa Galvão (UFBA)
Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (USP)
Cybèle Celestino Santiago (UFBA)
Eliane Aparecida Del Lama (USP)
Eugênio de Ávila Lins (UFBA)
Fernando Atique (UNIFESP)
Flávia Olegário Palácios (UFPA)
Günter Weimer (UFRGS)
José Simões de Belmont Pessôa (UFF)
Julio Cesar Ribeiro Sampaio (UFRRJ)
Larissa C. Acatauassú Nunes Santos (UFBA)
Leonardo Barci Castriota (UFMG)
Luciene Pessotti Souza (UFES)
Luiz Antônio Cruz Souza (UFMG)
Luiz Antonio Fernandes Cardoso (UFBA)
Manuella Araújo de Souza (UFBA)
Márcia Genésia de Sant'Anna (UFBA)
Marco Antônio Penido de Rezende (UFMG)
Marcos Tognon (UNICAMP)
Maria Herminia Olivera Hernandez (UFBA)
Maria Luiza M. Xavier de Freitas (UFPE)
Mário Mendonça de Oliveira (UFBA)
Nivaldo Vieira de Andrade Júnior (UFBA)
Paulo Ormino David de Azevedo (UFBA)
Regina Andrade Tirello (UNICAMP)
Renata Hermann de Almeida (UFES)
Rodrigo Espinha Baêta (UFBA)
Rosana Muñoz (UFBA)
Roseane da Conceição Costa Norat (UFPA)
Rosina Trevisan Martins Ribeiro (UFRJ)
Thais Alessandra Bastos C. Sanjad (UFPA)

Membros estrangeiros

Ana Luísa Pinheiro L. Velosa (UA-PORTUGAL)
Aníbal Guimarães da Costa (UA-PORTUGAL)
Arnaldo Rui A. de Sousa Melo (UMINHO-PORTUGAL)
Domingos Manuel Campelo Tavares (FAUP-PORTUGAL)
Eduarda Silva Vieira (UCP-PORTUGAL)
Hélder Alexandre Carita Silvestre (UNL-PORTUGAL)
Joaquim José Lopes Teixeira (FAUP-PORTUGAL)
Jorge Tiago da Silva Pinto (UTAD-PORTUGAL)
José António Raimundo M. da Silva (FCTUC-PORTUGAL)
José Delgado Rodrigues (LNEC-PORTUGAL)
José Manuel Aguiar Portela da Costa (FAUL-PORTUGAL)
Juan Ignacio del Cueto (UNAM-MÉXICO)
Luis María Calvo (FADU-UNL- ARGENTINA)
Madalena Cunha Matos (FAUL-PORTUGAL)
Manuel António Matos Fernandes (FEUP-PORTUGAL)
Maria Clara de C. Pimenta do Vale (FAUP-PORTUGAL)
Maria do Carmo Ribeiro (UMINHO-PORTUGAL)
Mariana Rita Roberto Rosado Correia (ESG-PORTUGAL)
Mónica Cejudo Collera (UNAM-MÉXICO)
Paulo José Brandão B. Lourenço (UMINHO-PORTUGAL)
Rafael de Faria Domingues Moreira (UNL-PORTUGAL)
Rui Fernando de Jesus B. Tavares (FAUP-PORTUGAL)
Soraya de Fátima Mira G. M. Genin (ISCTE-PORTUGAL)
Teresa Cunha Ferreira (FAUP-PORTUGAL)
Virginia Flores Sasso (PUCMM-REP. DOMINICANA)
Virgolino Ferreira Jorge (U.ÉVORA-PORTUGAL)

SUMÁRIO

CONFERÊNCIAS

A ENGENHARIA IMPERIAL NA BAHIA 20
Mendonça de Oliveira, Mário

LA CARTA DE ICOFORT Y LA MEMORIA DEL PATRIMONIO MILITAR 43
Flores Román, Milagros

OS PRIMEIROS EDIFÍCIOS EM TORRE DA CIDADE DO PORTO: SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS E ESTRUTURAIS 65
Póvoas, Rui Fernandes

EIXO I - MATERIAIS, TÉCNICAS E HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO

100 ANOS DE REGIONALIDADE: O CASO DO SOBRADO ECLÉTICO DO PRIMEIRO JUIZ DE PAZ DE TERESINA 87
Freire, Nathália Gomes; Lima, Raniel Cardoso; Silva, David Alisson da; Sousa, Larissa Ra-faella da Silva

A ARQUITETURA NEOCLÁSSICA E A ATUAÇÃO DOS PROJETISTAS NA PARAHY-BA OITOCENTISTA 101
Rabello, Jessica; Cavalcanti Filho, Ivan

A ATUAÇÃO DOS ENGENHEIROS MILITARES EM PARATI NO SÉCULO XIX 116
Cury, Isabelle

A CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA: CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO 126
Pinho, Joana Balsa de

A CIRCULARIDADE E O PROJETO ARQUITETÔNICO DA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO DE TIRADENTES-MG, DO MESTRE ALEIJADINHO 138
Cruz, Luiz Antonio da

A COMISSÃO DOS MONUMENTOS E RELÍQUIAS HISTÓRICAS DE MOÇAMBIQUE (1943-1975) E O RESTAURO DOS MONUMENTOS DE LOURENÇO MARQUES 153
Franco de Mendonça, Lisandra; Mendonça, Ricardo

A CONSTRUÇÃO DA FORTALEZA COMO IMAGEM DO PODER REAL: FORTALEZA DE MAZAGÃO (MARROCOS); FORTE DA GRAÇA (PORTUGAL); FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA (BRASIL) 168
Valla, Margarida

A CONSTRUÇÃO DOS SOBRADOS CARIOCAS DA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX: SÍNTESE DOS PROCESSOS CONSTRUTIVOS POR MEIO DO ESTUDO DE CASO DOS MANUAIS DE OFÍCIO 182
Sampaio, Julio Cesar Ribeiro

A CONSTRUÇÃO NO BRASIL NO SÉCULO XVI Weimer, Günter	192
A DEVOÇÃO MANIFESTA EM CONCRETO: UMA ARQUITETURA DEMOCRÁTICA EM ESSÊNCIA Henklain, Ananda O.; Oliveira, Kelly C. R.; Ramalho, Paulina O.	204
A ERUDIÇÃO DOS ARQUITETOS MILITARES PORTUGUESES NAS FORTIFICAÇÕES ABALUARTADAS DE PERNAMBUCO Valadares, Pedro; Moreira, Fernando	219
A EVOLUÇÃO CONSTRUTIVA DOS CONVENTOS FRANCISCANOS DO NORDESTE NO BRASIL COLONIAL Cavalcanti Filho, Ivan	234
A FAZENDA CANELA E A ARQUITETURA VERNACULAR PIAUIENSE Carneiro de Melo, Ana Clara	243
A HIDRÁULICA MONUMENTAL: A ARQUITECTURA DA ÁGUA NO REAL EDIFÍCIO DE MAFRA Alho, Patrícia; Machado, Pedro	252
A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO PORTO DE BELÉM, E SUA RELAÇÃO COM A ARQUITETURA DA CIDADE Gomes, Emerson Bruno de Oliveira; Gomes, Cristiani Machado; Nunes, Márcia Cristina; Machado, Rodrigo Carlos da Silva	264
A IGREJA SÃO SEBASTIÃO NO CONTEXTO DE BOA VISTA-RR Lima, Rithelly; Gomes, Larissa S.; Ramalho, Paulina O.; Oliveira, Kelly C. R. de	277
A IMPORTÂNCIA DA MADEIRA ESTRUTURAL NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA EM LISBOA Henriques, Dulce Franco; Silveira, Paulo Malta da	289
A INFLUÊNCIA DA CULTURA LUSITANA NO EMPREGO DA MADEIRA EM CONSTRUÇÕES NA CIDADE DE SALVADOR-BA Santos, Filipe Luigi; Silva, Julia; Lima, Brígida; César, Sandro	298
A INFLUÊNCIA DA TESOURA DE CAIBRO-ARMADO PORTUGUESA NAS COBERTURAS DAS EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS DO BRASIL: UM ESTUDO NA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS. Silva, Larissa; Carrasco, Edgar; Vieira, Eduarda	308
A INFLUÊNCIA NORMANDO-FRANCESA NA ARQUITETURA DOS CHALÉS DA CIDADE DE SÃO LUÍS, MARANHÃO Ferreira, Paulo Roberto; Nolêto, Byanca; Costa, Ana Carolina	325
A PERCEPÇÃO NO TEMPO: IGREJA DE SANTO ANTÔNIO DA MOURARIA, SALVADOR-BAHIA Leão, Elisângela	340

A PINTURA DESCOBERTA DE ORESTE SERCELLI NO SANTUÁRIO SAGRADO CO- RAÇÃO DE JESUS EM SÃO PAULO Vogelsanger Guimarães, Luis Gustavo	355
A TRADIÇÃO CONSTRUTIVA NAS EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS DA CABECEIRA DO RIO DAS VELHAS - O RESTAURO DA COBERTURA DA IGREJA DE NOSSA SE- NHORA DAS MERCÊS EM SÃO BARTOLOMEU, OURO PRETO Vale, Clécio Magalhães; Bueno, Fernanda Alves de Brito; Alencar, Matheus Edgard Moreira; Faria, Marina Miranda	370
A UTILIZAÇÃO DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DAS ALVENARIAS DAS EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS DE OLINDA E RECIFE Souza, Juliana Santa Cruz; Oliveira, Felisbela M. da Costa; Carneiro, Arnaldo Manoel Pereira	383
ABRIGOS DE BONDES EM SALVADOR Santiago, Cybèle Celestino; Souza, Manuella Araújo de	395
ANÁLISE CRONOLÓGICA DAS PINTURAS DE SUBSTRATOS HISTÓRICOS DO PA- LACETE FACIOLA – BELÉM (PA) Damasceno, Alexia; Silva, Mayra Martins; Gester, Carolina de Souza; Dias, Giovanna	410
ANÁLISE DIMENSIONAL DOS TIJOLOS BAIANOS: REFLEXÕES SOBRE A POSSI- BILIDADE DE APLICAÇÃO DA MENSIOCRONOLOGIA Santos, Larissa Corrêa Acatuassú Nunes	422
ANÁLISE HISTÓRICA DA PIAÇAVA E SEU POTENCIAL PARA A CONSTRUÇÃO CI- VIL Barbosa, Victor; Costa, Lucas; Leão, Mirtânia	437
ANATOMIA CONSTRUTIVA DA CASA DO AMIAL (1950) DE CELESTINO DE CAS- TRO Azevedo Gomes, Rogério	446
AO ALCANCE DE TODOS Santos, Roberto E.	462
AQUEDUTOS, CHAFARIZES E FONTES NOS REGISTROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BAEPENDI, MINAS GERAIS, SÉCULO XIX Azevedo, Maria Cristina Neves de	475
ARCO ABATIDO: USOS E VARIANTES NA TRADICIONAL ARQUITETURA COR- RENTE LUSO-BRASILEIRA Guimarães, Marcos V. T.	490
ARQUITETURA DE TERRA: RESISTÊNCIA MATERIAL E CULTURAL Sartorio, Jéssica Marinho; Miranda, Clara Luiza	501
ARQUITETURA FUNERÁRIA EM CANTARIA DE LIOZ EXPRESSA NO CEMITÉRIO DO CAMPO SANTO POR DINASTIAS DE CANTEIROS PORTUGUESES, SÉCULO XIX, SALVADOR – BAHIA. Mendes, Cibele de Mattos.	516

ARQUITETURA RELIGIOSA NA ILHA DE VITÓRIA - CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO Barros, Mariane Dantas de; Ribeiro, Nelson Pôrto	529
ARQUITETURA RURAL NO ESPÍRITO SANTO: ESTUDO A PARTIR DA TIPOLOGIA TÉCNICO-CONSTRUTIVA DE COMPLEXOS PRODUTIVOS CAFEEIROS Bernardo, Luciano Correia; Almeida, Renata Hermann de	543
ARQUITETURA VERNACULAR COLONIAL EM MINAS GERAIS - ALGUMAS RELEITURAS POSSÍVEIS Martins, Régis Eduardo; Dangelo, André Guilherme Dornelles	557
AS CONSTRUÇÕES MILITARES NA VILA DA VITÓRIA - CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO Nascimento, Júlia Pedruzzi do; Ribeiro, Nelson Pôrto	570
AS FÁBRICAS DO VALE DO NABÃO: ESTUDO COMPARATIVO DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS E SUA RELAÇÃO COM A ÁGUA Barbosa, Renata Faria; Genin, Soraya M.	583
AS FORTIFICAÇÕES MILITARES POR JOSÉ DA SILVA PAES E A TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO DO SÉCULO XVIII NA ILHA DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS. BRASIL De Paula, Leandro Neto	598
AS FUNDAÇÕES EM TIJOLOS MACIÇOS NA REGIÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: O CASO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO Chagas, Humberto Neto das; Damiano, Raíssa Rangel	610
AS PRIMEIRAS FORTIFICAÇÕES EUROPEIAS NO SRI LANKA: (POSSÍVEIS) ORIGENS PORTUGUESAS DE VÁRIAS FORTIFICAÇÕES HOLANDESAS Santos, Joaquim Rodrigues dos	620
AS RUÍNAS DO COMPLEXO DE EXPLORAÇÃO AURÍFERA DO FORTE DE BRUMADINHO, NA SERRA DA MOEDA, MINAS GERAIS, BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA SUA COMPREENSÃO E CONSERVAÇÃO Tofani, Frederico de Paula; Tofani, Márcia Campos Moreira	636
ATUAÇÃO DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS NO INTERIOR PAULISTA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: O CASO DE SÃO CARLOS Bortolucci, Maria Angela P. C. S.	651
ATUAÇÃO DO CONSTRUTOR LUIGI PUCCI NAS CIDADES DE CAMPINAS E SÃO PAULO: O PALÁCIO ITAPURA E A SEDE DA CHÁCARA DO CARVALHO (1880-1893) Menegaldo, Ana Beatris F.; Pereira, Renata Baesso	666
AZULEJARIA DE FACHADA NA ARQUITETURA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX Ursine da Cunha Mello, Eliana	682

AZULEJOS PORTUGUESES DECORADOS EM ESTAMPILHA: IMPLICAÇÕES DA TÉCNICA DE PRODUÇÃO NO RESTAURO À QUENTE Gasparetto, Stephanie Assef Mendes; Sanjad, Thais Alessandra Bastos Caminha	697
BREVE HISTÓRICO DO USO E OS ASPECTOS TÉCNICOS DOS ELEMENTOS VAZADOS NA ARQUITETURA BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS Miranda, Mariana A.; Camacho, Darwin; Bessa, Sofia A. L.; Sacht, Helenice M.	708
CARACTERIZAÇÃO TÉCNICO-CONSTRUTIVA E PERIODIZAÇÃO URBANO-ARQUITETÔNICA: ANÁLISE NO SÍTIO HISTÓRICO URBANO DE ITAPINA/ES Almeida, Renata Hermann de; Bona, Kamila Drago; Mayer, Vanessa Krohling	722
CASA POPULAR DE MORADIA: ESTUDO SOBRE OS TIPOS PORTUGUÊS E HOLANDÊS E SUAS INFLUÊNCIAS NA ARQUITETURA COLONIAL DO RECIFE. Souza, Ravena Barbosa Machado de; Sullasi, Henry Socrates Lavalle	737
CASA RURAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA Dias, Maria da Graça Andrade	752
CASARÃO DA FAMÍLIA CURTO: REGISTROS DA ARQUITETURA DO IMIGRANTE ITALIANO EM PENDANGA, IBIRAÇU/ES Uliana, Julia Curto	760
CASAS DE FAZENDA EM CAPITÃO DE CAMPOS: A FAZENDA CANAFÍSTULA Ferreira Neto, João Angelo; Silva, Edilson Melo; Alves, Mônica Letícia	775
CLUBE RECERATIVO 11 DE JUNHO: AGUDOS, SP Godoy, Tamara Beatriz de; Lima, Ludmilla Tidei	785
COLÉGIO PEDRO II - CAMPUS CENTRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE ALTERAÇÕES EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS ORIGINAIS DE EDIFICAÇÕES SETECENTISTAS Silva, Pâmella	798
COMPOSIÇÃO ARTÍSTICA EM ESTUQUE ORNAMENTAL NA ARQUITETURA NEOMOURISCA DE MANGUINHOS: ESTUDO DOS PADRÕES COMPOSITIVOS Chaves, Elisabete; Andrade, Inês; Korman, Darius	813
CONJUNTO DE FORTIFICAÇÕES COLONIAIS DO BRASIL INDICADO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE Secomandi, Elcio Rogerio	823
CONSERVAÇÃO DE INTERVENÇÕES MODERNAS EM CONJUNTOS HISTÓRICOS: RESTAURANTE COATY, EM SALVADOR Pinheiro Constanti, Andressa	841
CORETO DA PRAÇA VERÍSSIMO DE MELLO (MACAÉ/RJ) LEVANTAMENTO DOS DANOS E A MANUTENÇÃO DA UNIDADE POTENCIAL DO ORNAMENTO EM FERRO FUNDIDO NO BEM PATRIMONIAL Viera, Monique; Pinheiro, Ethel	855

DA ARTE DE MURAR: UMA REVISÃO TEÓRICA SOBRE A CONSTRUÇÃO DE ALVENARIAS POR MEIO DOS TRATADOS DE ARQUITETURA Cafezeiro, Yan Graco	869
DA TAIPA À PEDRA. A CONSTRUÇÃO DO FORTE DO CABEDELLO, NA PARAÍBA, ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII Moura Filha, Maria Berthilde	884
DE LA TRADICIÓN A LA MODERNIDAD: LA REINTERPRETACIÓN DE LA CELOSÍA DE MADERA INFLUENCIAS RECÍPROCAS ENTRE BRASIL Y PORTUGAL Ordóñez Castañón, David; Cunha Ferreira, Teresa; de los Ojos Moral, Jesús	899
DESENHOS DE DIAMANTINA: UM ESTUDO DOS REGISTROS DOS VIAJANTES NEOCOLONIAIS NOS ANOS 1920 – LUCIO COSTA E JOSÉ WASTH RODRIGUES Espig Regiani, Luana; Urano Frajndlich, Rafael	914
DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE ORNAMENTOS METÁLICOS DA CASA CARVALHAES: MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO Chaves, Juliane; Palácios, Flávia	928
EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS DE LUZIÂNIA/GO: CARACTERÍSTICAS, INTEGRIDADE E CONSERVAÇÃO Figueira, Rafaela Heinzelmann; Rocha, Victor	939
EDIFÍCIO CAUDURO - ANTIGO HOTEL JANTZEN. SISTEMA CONSTRUTIVO E SEU ATUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO L. Bravo, Felix; M. Silvano, Marcos	952
ENSAIO DE METODOLOGIA A APLICAR EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO MODERNO: O PROJETO DE REABILITAÇÃO DA PENTHOUSE DO EDIFÍCIO VOUGA/SOARES&IRMÃOS (1950-53), DOS ARQUITETOS ARMÉNIO LOSA E CASSIANO BARBOSA Maia, Carlos	965
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A CHAROLINHA DA MATA DOS SETE MONTES E OS EDIFÍCIOS DE JOÃO DE CASTILHO, AS POSSIBILIDADES DE ATRIBUIÇÃO DE UMA AUTORIA Costa, Fernando; Rocha, Marco; Antunes, Maria; Pereira, Nuno	980
ESTUDO DAS ARGAMASSAS ANTIGAS DA IGREJA DE N. S. DO AMPARO EM SÃO CRISTÓVÃO SE/BR Silva, Eder; Goes, Melissa; De Paulo, Karoline; Teixeira, Roberto	994
ESTUDO DAS CORES VISANDO O RESGATE DA MEMÓRIA E DA TÉCNICA DAS TINTAS DE TERRAS PRODUZIDAS EM SÃO JOÃO DEL-REI E REGIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, BRASIL Martins, Mateus de Carvalho; Maia, Mateus Felipe Rocha	1009
ESTUDO SOBRE AS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS E HISTÓRIA DE UM EXEMPLAR EM ARQUITETURA DE PEDRA E BARRO EM PICOS-PI Brandão, Janielle	1021

EVOLUÇÃO NO EMPREGO DOS SUBPRODUTOS DE SISAL (AGAVE SISALANA) NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DE HABITAÇÕES RURAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO – PERÍODO DE 1920 ATÉ OS DIAS ATUAS Costa, Lucas Lima; Guimarães, Cleidson Carneiro; Barbosa, Victor Antunes; Batista, Sande dos Santos	1034
FORTALEZA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - RIO DE JANEIRO HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO Pinto, Natália; Nemer, Luciana	1042
FORTE DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA - SÃO LUÍS/MA ARQUEOLOGIA E ARQUITETURA Melo Neto, Ulisses Pernambucano; Muraro, Carmen Lucia	1056
FORTE DE SÃO FRANCISCO XAVIER DA BARRA: ANÁLISE DA TIPOLOGIA ARQUITETÔNICA A PARTIR DE MATRIZES TEÓRICAS DA ENGENHARIA MILITAR Pessotti, Luciene	1071
FRANCISCO DE LIMA CERQUEIRA: UM MESTRE DO MINHO/PORTUGAL, NAS MINAS GERAIS SETECENTISTAS Urias, Patrícia; Dangelo, André Guilherme Dornelles	1086
FUERTE DE SAN CARLOS DE PEROTE: SISTEMAS Y MATERIALES CONSTRUCTIVOS DE LA ÚNICA FORTALEZA ESPAÑOLA ABALUARTADA TIERRA ADENTRO EN AMÉRICA DEL SIGLO XVIII Cejudo Collera, Mónica; Segura García, Germán	1101
GUINDASTES LIGAM O ONTEM AO HOJE NUMA CIDADE DE DOIS ANDARES Ormindo de Azevedo, Paulo	1117
HISTÓRIA DAS CONSTRUÇÕES E DA ARQUITETURA DE ARACAJU: DA CONQUISTA DO SÍTIO À CHEGADA DA PETROBRÁS Maciel, Josinaide; Maciel, Marcelo Augusto	1130
HISTÓRICO DE LIGAÇÕES COM CAVILHAS DE MADEIRA EMPREGADAS EM ESTRUTURAS NO BRASIL, A PARTIR DO SÉCULO XX A. D. O. Silva, Gabriel; D. A. Cunha, Rita; S. Sena, Caroline; Macedo, Ulli	1145
HISTORIOGRAFIA DA PRODUÇÃO HABITACIONAL BRASILEIRA: TECNOLOGIA E TRABALHO Oliveira Mascarenhas, Giselle	1155
IGREJA E CASA PAROQUIAL NOSSA SENHORA DOS PRAZERES NO MUNICÍPIO DO PAULISTA, PE: CONTEXTO HISTÓRICO, FASES CONSTRUTIVAS E CARACTERIZAÇÃO TÉCNICA Silva, Mariana F.	1168
IGREJA NOSSA SENHORA DO CARMO – PIRACURUCA, PI: UM ESTUDO SOBRE SUA HISTÓRIA E DETALHAMENTO DE SUA CONSTRUÇÃO Silva, Maria Belo Barbosa; Carvalho, Laura Fonsêca	1183

IMAGEM E SUBSTÂNCIA NA PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA Cordeiro, Patricia C.	1194
INDUSTRIALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO E ARGAMASSA ARMADA: UMA EXPERI- ÊNCIA SOTEROPOLITANA Ekerman, Sergio K.	1210
INSTITUTO CENTRAL DE CIÊNCIAS: A COMPLEXIDADE DA SÍNTESE Silva, Elcio; Vasconcellos, Juliano; Sánchez, José Manoel	1224
INTERVENÇÕES NO PATRIMÔNIO ART DÉCO DE ARACAJU E O RISCO DE DES- CARACTERIZAÇÃO: ANÁLISE DO PALÁCIO CARVALHO NETO Carvalho, Isadora	1239
ITANHAÉM: AS DUAS IGREJAS DO PERÍODO COLONIAL Vieira Santos, Regina Helena	1254
LADRILHOS HIDRÁULICOS EM SÃO JOÃO DEL-REI: PATOLOGIAS, CONSERVA- ÇÃO E REGISTRO Martins, Mateus de Carvalho; Januario, João Vitor	1269
LEVANTAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DE DANOS EM UM SOBRADO NA CIDADE DE BELÉM-PA, BRASIL Ribeiro, Ana Elisa do Nascimento	1282
MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO DO INÍCIO DO SÉCULO XX EM POR- TUGAL NA REVISTA A CONSTRUÇÃO MODERNA Andrade, Luís; Aleixo, Sofia; Faustino, Patrícia	1294
MATERIAIS PÉTREOS E CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO DE SUAS MEMÓRIAS Costa, Antônio Gilberto	1308
MATERIALIDADE DAS PELES NA ARQUITETURA RESIDENCIAL MODERNA CAMPINENSE. RESIDÊNCIA HELENO SABINO: UM ESTUDO DE CASO Diniz, Diego; Fernandes, Rafaela; Porto, Herlen; Pinto, Yane	1323
MEMÓRIA EDIFICADA: MATERIAIS CONSTRUTIVOS DA IGREJA MATRIZ DE SÃO JOÃO BATISTA DE BOCAINA, SP Gabriel, Maria Helena; Benincasa, Vladimir	1336
MERCADOS PÚBLICOS EM VITÓRIA: CONTRIBUIÇÕES A UMA ANÁLISE DAS TI- POLOGIAS EDIFICADAS ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCA- DAS DO SÉCULO XX Botechia, Flavia Ribeiro; Peyneau, Anna Claudia Dias; Bellini, Anna Karine de Queiroz Cos- ta	1353
MONITORAMENTO DE CASCAS EM ALVENARIA DO THEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO Cintra, Danielli C. B.; Roehl, Deane M.; Sánchez Filho, Emil S.; Lourenço, Paulo B.	1366

NOVOS MODOS DE MORAR, ANTIGAS FORMAS DE CONSTRUIR: CASAS DA AV. EPITÁCIO PESSOA NA DÉCADA DE 1940 Afonso, Filipe Valentim; Moura Filha, Maria Berthilde	1376
O CASTELO DE TOMAR COMO TESTEMUNHO DA ARQUITECTURA MILITAR TEMPLÁRIA Belgas, Lurdes; Mascarenhas, Jorge; Branco, Fernando G.	1388
O CIMENTO NATURAL EM PORTUGAL. REGISTOS DE USO ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E O PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XX. Vale, Clara Pimenta do; Figueiredo, Cristiano; Velosa, Ana; Veiga, Rosário	1398
O CIMENTO PORTLAND DO SÉCULO XIX E AS RUÍNAS QUE TESTEMUNHAM O PIONEIRISMO BRASILEIRO NA INDÚSTRIA CIMENTEIRA DA AMÉRICA LATINA Medeiros, José Alysson; Torres, Sandro Marden	1415
O EMPREGO DA CARNAÚBA NO PIAUÍ: DA CONSTRUÇÃO VERNACULAR A ARQUITETURA REGIONAL Furtado, Maria Betânia Guerra Negreiros	1424
O USO DE JANELAS DE CAIXILHARIA DE VIDRO EM GUILHOTINA, NAS RESTAURAÇÕES DO IPHAN: ANTECEDENTES E A FIXAÇÃO DE UMA IMAGEM NOS CENTROS HISTÓRICOS COLONIAIS Pessôa, José; Camello Lago de Souza, Eliza	1437
ORGANIZAR O ESPAÇO, EMBELEZAR A CIDADE: O PAPEL DOS FISCAIS E DOS MESTRES DE OBRAS NA URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE PINDAMONHANBAGA, 1840-1880 Morais, Brenda Laisa	1447
ORNAMENTO NA ARQUITETURA HISTORIOGRAFIA, TEORIA E ATUALIDADE. OS FORROS DE ESTUQUE DO SÉCULO XIX, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Oliveira, Teresa Cristina Menezes	1460
OS ARTÍFICES DA FÁBRICA DE SÃO ROQUE EM LISBOA: ENTRE TRADIÇÃO E INOVAÇÃO Loewen, Andrea	1473
OS FRONTISPÍCIOS POLICROMADOS DOS CONVENTOS FRANCISCANOS DA PROVÍNCIA DE SANTO ANTÔNIO DO NORDESTE Almeida, Túlio	1485
OS LIMITES DA PERMANÊNCIA: A RESISTÊNCIA DE UMA CASA HISTÓRICA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E SOCIAIS EM FORTALEZA-CE Alves, João Vitor Nascimento; Almeida, Isabelle de Lima; Oliveira, Dellys Lorena Vieira de; Vasconcelos, Ana Cecília Serpa Braga	1499
OS VITRAIS NA ARQUITETURA BRASILEIRA: HISTÓRIA E CONSERVAÇÃO Corrêa Pinto, Amanda; Sanjad, Thais; Macedo, Filomena; Vilarigues, Márcia	1511

PALACETE GENTIL BRAGA HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO E TIPOLOGIA ARQUITETÔNICA Andrade, Cláudia Nunes de Lima e; Brito, Stella Regina Soares de	1524
PALÁCIO DE LANDI RESTAURAÇÃO DOS ANOS DE 1970 Trindade, Elna Maria Andersen	1539
PATRIMÔNIO EDIFICADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE COMPARATIVA DAS ALTERAÇÕES CROMÁTICAS PARA MATERIAIS PÉTREOS APLICADOS Costa, Thais Hoelzle Alves da; Costa, Antônio Gilberto	1550
PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM RUÍNAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONJUNTO ARQUITETÔNICO FAZENDA SÃO BERNARDINO Maldonado Alves Teixeira, Natália	1565
PERFIL TECNOLÓGICO DOS AZULEJOS PORTUGUESES DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII EM PERNAMBUCO Martin Souto Maior, Paulo	1579
PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO PAVILHÃO MOURISCO Coelho, Carla; Balzana, Juliana	1594
PROCESSOS CONSTRUTIVOS EM ESTRUTURAS DE BETÃO ARMADO DO INÍCIO DO SÉCULO XX Paupério, Esmeralda; Romão, Xavier; Arêde, Antônio; Vila Pouca, Nelson	1608
QUANDO O MODERNO ERA NEOCOLONIAL A PARTICIPAÇÃO DE EUGÊNIO DE PROENÇA SIGAUD NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO Lima Carlos, Claudio Antônio S.	1622
RECIFE ROMÂNTICO DOS CREPÚSCULOS DAS PONTES: A PONTE MAURÍCIO DE NASSAU PELO VIÉS DA CULTURA TÉCNICA Freitas, Maria Luiza Macedo Xavier de	1636
RISCO E TRANSFORMAÇÃO Tavares, Domingos	1656
SISTEMAS CONSTRUTIVOS NA OCUPAÇÃO DO SERTÃO DO BRASIL COLONIAL: ARQUITETURA RURAL EM COTIA-SP E MATOZINHOS-MG Vasconcellos, Fábio Azevedo; Monteiro, Filipa Maria Salema Roseta Vaz; Filho, José Jorge Boueri	1667
SISTEMAS CONSTRUTIVOS NO MUSEU VIVO DO SÃO BENTO - UMA MARCA DA HISTÓRIA Calvão, Cristina da Rocha; Ribeiro, Rosina Trevisan M.	1680
SISTEMAS CONSTRUTIVOS TRADICIONAIS SOB O OLHAR DAS TECNOLOGIAS DE REPRESENTAÇÃO TRIDIMENSIONAL DIGITAL Borges, Ariane; Rodrigues, Lucas; Gonçalves, Pedro	1693

SOBRADO DONA AUTA: O DESPERTAR DA MEMÓRIA COLONIAL NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI Rodrigues, Alana; Prescott, Victória	1706
SOCIEDADE MUSICAL LYRA DE ARION: ORIGEM E RELAÇÃO COM SUA EDIFICAÇÃO-SEDE Souza, Gabriela; Bittar, William	1720
SOLAR DOS LEITES EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO: HISTÓRIA, MORADA OITOCENTISTA E SUAS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS POMBALINAS Brito, Stella Regina Soares de; Lima, Rogério Henrique Frazão	1735
SOLAR MONJARDIM: DA CASA COLONIAL A CASA MUSEU - VITÓRIA-ES Nemer, Luciana	1749
MATERIAIS E DANOS DOS AZULEJOS HISTÓRICOS DAS FACHADAS DO MUSEU DA ABOLIÇÃO, RECIFE-PE Monteiro, Gabriela de Andrade; Souza, Ravena Barbosa Machado de; Maior, Paulo Martin Souto; Sullasi, Henry Socrates Lavalle	1762
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS DO SÉC. XVIII: CAPELA DE SANTO ALEIXO – MAGÉ/RJ Marchon, Tainá; Ribeiro, Rosina Trevisan M.	1778
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS E ROCHAS NA ENGENHARIA MILITAR LUSO-BRASILEIRA NA AMAZÔNIA: A FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ (AMAPÁ) Norat, Roseane; Costa, Marcondes	1788
TÉCNICAS E SABERES CONSTRUTIVOS TRADICIONAIS EM CONFLITO: O ESTUDO DE UMA COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL Silva, Érico de Oliveira e; Mascarenhas, Giselle Oliveira; Rezende, Marco Antônio Penido de	1803
TERMOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM IGREJAS HISTÓRICAS Rocha, Aline; Mello, Tiago; Bremer, Cynara; Nolasco, Gláucia	1812
TH. MARX, UM ARQUITETO NA CORTE DE D. PEDRO II Pessoa, Ana; Santos, Ana Lúcia V.	1825
TIPOLOGIA DE PÚLPITOS EM EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS NA CIDADE DE OURO PRETO - MG Antunes, Alessandra Hernandez	1837
UMA CAPITAL PARA O GOVERNO GERAL: A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE SALVADOR ATRAVÉS DOS REGISTROS DO LIVRO DE PROVISÕES REAIS (1548 - 1578) Santos, Libânia da Silva; Lima, Savio Queiroz	1852
UMA ESCOLA CARIOCA DE PRÉ-MOLDAGEM Vasconcellos, Juliano Caldas de	1864

UTILIZAÇÃO DOS LADRILHOS HIDRÁULICOS EM SALVADOR NOS SÉCULOS XIX E XX 1879
Silva, Maria das Graças Rodrigues da

EIXO II - FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO TÉCNICO E CIENTÍFICO

A CIRCULAÇÃO DE MATERIAIS, TÉCNICAS E MODELOS NO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS: PRIMEIRAS ABORDAGENS. 1894
Santos, Ana Lucia V.; Ferreira, Rachel M.A.; FELIX, Camila G.

A INTERFACE PÚBLICO-PRIVADA NOS CÓDIGOS DE OBRAS E POSTURAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE 1904
Cavalcante, Luana; Santiago, Zilsa Maria Pinto

A ÚLTIMA CEIA DE SERGIPE DEL REI: IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DE CORES EM SUPERFÍCIES ARQUITETURAIS 1919
Nogueira, Adriana; Silva, Eder; Lima, Mayra; Castro, Uallisson

ANÁLISE DE MISTURAS DE PIGMENTOS DE PINTURAS POLICROMADAS DE RECEITAS BARROCAS ATRAVÉS DE TÉCNICAS ESPECTROSCÓPICAS 1934
Nascimento, Hugo M. S.; Issac Neta, Augusta C.; Rodrigues, Lorena A.

ARQUEOLOGIA, METAMORFOSE E INFLEXÃO NA ARQUITETURA DE ÁLVARO SIZA 1949
Penteado Neto, Raul; Lancha, Joubert

CASAS NO BRASIL: RETRATOS DA REALIDADE A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA 1961
Contier, Felipe de Araujo; D'Elboux, Roseli Maria Martins; Wolff, Silvia Ferreira dos Santos

CONSERVAR O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO: FORMAÇÃO SUPERIOR DO CONHECIMENTO TEÓRICO À PRÁTICA 1978
Borges Azevedo, Cristina; Franco Henriques, Dulce

ENSINO E SALVAGUARDA DE TÉCNICAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS NO CANTEIRO EXPERIMENTAL 1989
Oliveira, Karine Camila; Thiesen, José Rodolfo; Brasiliano, Victória Regina

INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO DE CACHOEIRA DO SUL – RS 2003
Junges, Ciane Luisa; Aued, Marhia Eduarda Bottlender; Pavan, Juliana Silva; Delongui, Lúiza Segabinazzi Pacheco

MAQUETES E MODELOS REDUZIDOS NA FORMAÇÃO DE ESPECIALISTAS EM CONSERVAÇÃO 2014
Tinoco, Jorge Eduardo Lucena

MÉTODO, CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVA NA LIÇÃO DE MATEUS DO COUTO, EM 1631 2029
Antunes, Tiago Alexandre de Brito Molarinho dos Santos; Silva, Mateus Alves

O CATÁLOGO BRASILEIRO DA CONSTRUÇÃO (1961 - 1970) EM MEIO AOS DEBATES SOBRE INDUSTRIALIZAÇÃO DA ARQUITETURA NOS ANOS 1960 Gaspar, Natália Maria	2042
O ENSINO DE CONSTRUÇÃO NA FORMAÇÃO DE ARQUITETOS NO BRASIL Santos Neto, Edson Fernandes D'Oliveira	2059
O RESGATE DAS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS NO ENSINO DE ARQUITETURA Ferreira , Emanuel; Vargas, Aline; Grandi, Leandro; Oliveira, Luiz Guilherme	2074
O USO DE COMPÓSITO DE FIBRAS DE CARBONO COMO FERRAMENTA EFICIENTE NA RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL EM BENS PATRIMONIAIS Lopes, Jhonatan Vieira	2085
O USO DO BUILDING INFORMATION MODELING PARA A DISSEMINAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO DE ALVENARIAS COM TIJOLOS E BLOCOS CERÂMICOS ARAÚJO, Ana Paula R.; RIBEIRO, Emília Martins	2099
OS CÓDIGOS DE POSTURAS E A REGULAMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO NAS VILAS E CIDADES DA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA, SÉCULO XIX Santos, Fabiano Teixeira dos	2114
PROTOTIPAGEM VIRTUAL DO PATRIMÔNIO: SIMULACROS COMO DICIONÁRIO IMAGÉTICO Berzoini, Thiago; Seghetto, Italo; Fernandes, Leonardo; Menezes, Wudyanna	2129
RAUL LINO, DE PARIS 1900 A LISBOA 1940 Garrido de Oliveira, Carla	2138
ÍNDICE DE AUTORES	2153

A COMISSÃO DOS MONUMENTOS E RELÍQUIAS HISTÓRICAS DE MOÇAMBIQUE (1943-1975) E O RESTAURO DOS MONUMENTOS DE LOURENÇO MARQUES

Franco de Mendonça, Lisandra ⁽¹⁾; Mendonça, Ricardo ⁽²⁾

Universidade do Minho, lisandramendonca@gmail.com ⁽¹⁾; Universidade Nova de Lisboa, rjr.mendonca@gmail.com ⁽²⁾

RESUMO

Não obstante as disposições preconizadas no Diploma Legislativo n.º 825, de 20 de fevereiro de 1943 —que instituiu a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique e a defesa do patrimônio cultural da colônia—, tanto os conjuntos urbanos mais antigos de Lourenço Marques (o da Baixa e o da Ponta Vermelha), como os restantes variadíssimos testemunhos do seu desenvolvimento urbanístico e arquitetónico, permaneceram em grande parte alheios à intervenção da tutela até aos alvares da Independência (25 de junho de 1975). Excecionalmente, a Baixa antiga foi objeto de recomendações especiais no último plano diretor (aprovado em 1972) e alguns edifícios dispersos foram classificados. Estudos urbanísticos contemporâneos, delineados tanto para a encomenda pública como privada, advogavam a alteração radical das cêrceas e tipologias na Baixa (e restante área central) em detrimento da edificação antiga. Contemporaneamente, a Comissão dos Monumentos levava adiante campanhas de restauro, constituía museus e procedia ao inventário do patrimônio, reunindo um espólio considerável sobre sítios, áreas urbanas, o estado de conservação dos monumentos classificados e as obras de restauro operadas. Este artigo discute alguns aspetos da “política de monumentos” e metodologia de restauro levadas a efeito pela Comissão dos Monumentos entre as décadas de 1940-70 na Baixa de Lourenço Marques, de forma a refletir sobre a interpretação e validação contemporâneas do patrimônio edificado em Moçambique. Foi possível concluir que as intervenções pontuais levadas a cabo privilegiaram a reconstrução estilística dos testemunhos da primeira colonização (e.g., Fortaleza e Casa Amarela), ignorando, em parte, fontes arquivísticas e a estratigrafia arqueológica. O texto teve por base pesquisa de arquivo desenrolada em 2014 e 2017, sobre estudos urbanísticos desencadeados pelo Gabinete de Urbanização Colonial/do Ultramar, pela edilidade local e por privados, e projetos de restauro da Comissão dos Monumentos.

Palavras-Chaves: História da conservação; Estado Novo; cidade de Lourenço Marques; Fortaleza de Lourenço Marques; Casa Amarela.

ABSTRACT

Notwithstanding the provisions outlined in the Legislative Diploma No. 825 of February 20, 1943, which established the Committee on Historical Monuments and Relics of Mozambique and the tutelage of buildings with particular architectural interest, both the set that marked the genesis of Lourenço Marques, in the city’s downtown (Port. *Baixa*), and the other widely varied testimonies of its urban and architectural development remained practically unprotected by legislation until the independence of Mozambique (June 25, 1975). Of the older colonial urban neighbourhoods (the *Baixa* and the area of the former town of Ponta Vermelha), only *Baixa* was the subject of special recommendations in the city’ master plan, approved in 1972. Contemporary urban studies, outlined for both public and private demand, advocated the densification of the *Baixa* to the detriment of the old built patrimony. Contemporaneously, the Committee on Historical Monuments carried out a number of restoration works, established museums and proceeded to the inventory of the built heritage, gathering a considerable archive about the urban areas, the conservation status of listed monuments and the restoration works that have been carried out. This paper examines some aspects of the “monuments’ policy” and restoration methodology followed by the Committee on Historical Monuments between the decades of 1940-70 in Lourenço Marques’s downtown and reflects on the contemporary interpretation and validation of built heritage in Mozambique, arguing that heritage conservation focused on a precise selection of the (then considered) eloquent symbols of the colonization (e.g., Fortaleza, Casa Amarela) and, to some extent, overlooked archival sources and archaeological stratigraphy. The paper draws on archival research, conducted in 2014 and 2017, which focused on urban studies made by the Colonial Urbanization

Office/ Overseas Urbanization Office (1944-1974), local administration and private demand, and on restoration projects of the Committee on Historical Monuments.

Keywords: History of conservation; Estado Novo; city of Lourenço Marques; Fortress of Lourenço Marques; Casa Amarela.

1. A ELEIÇÃO DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS DE MOÇAMBIQUE NA DÉCADA DE 1940: “O CULTO MODERNO DOS MONUMENTOS”¹ DA COLONIZAÇÃO

Pelo Diploma Legislativo n.º 825, de 20 de fevereiro de 1943, foi constituída a “Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique” (doravante Comissão dos Monumentos), à qual competia “[...] investigar, classificar, restaurar e conservar os monumentos e relíquias da Colónia, divulgar o seu conhecimento arqueológico-histórico e promover a sua propaganda cultural e turística” (Moçambique, 1943a, Art. 1.º, p. 60)². O preâmbulo do diploma referia a necessidade premente de “[...] se garantir a conservação do património arqueológico e histórico da Colónia”, que se encontrava em parte já irremediavelmente perdido devido à incúria (caso das fortalezas de S. Caetano de Sofala³ e de S. Marçal de Sena), desfigurado e humilhado por utilizações impróprias, ou sujeito a desvio para fora da colónia (“antiguidades e relíquias históricas”). A conservação dos monumentos tinha estado a cargo da Repartição de Edifícios e Monumentos da Direcção dos Serviços de Obras Públicas da Colónia, que através das Direcções Provinciais e das Secções de Obras Públicas se desdobrava nas várias vertentes da produção arquitetónica e urbanística (Moçambique, 1941). O organismo central, instituído em 1929, para os serviços de obras aos edifícios e monumentos nacionais, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais —DGEMN, exercia a sua ação na metrópole e nas ilhas adjacentes. Às colónias, o apoio da DGEMN chegou pontualmente pela mão de técnicos em comissão de serviço no Ministério das Colónias/Ultramar⁴, com encargos nas mais variadas áreas do património. À Comissão dos Monumentos, criada com referência na DGEMN, foram sucessivamente atribuídas competências de outros órgãos da metrópole —e.g., do Conselho Superior de Belas-Artes e da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes do Ministério da Instrução Pública, na instituição e na inspeção de museus ou coleções de arte, arqueologia, história, numismática e etnografia, ou ainda na conceção de novos memoriais⁵.

O interesse do Estado Novo (1933-1974) pela propaganda da legitimidade histórica da ocupação portuguesa de Moçambique colocou o foco da Comissão dos Monumentos nos “monumentos históricos”,

¹ Título da obra de Alois Riegl (1858-1905), *Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung* (O culto moderno dos monumentos: O seu carácter e a sua gênese) (orig. 1903), texto de introdução teórica ao projeto de reorganização legislativa da tutela dos monumentos austríaca. A reflexão do autor marcou uma posição na afirmação da autonomia e relevância histórica paritária de todos os períodos históricos e géneros artísticos. A tutela do património aparece aqui como um evento temporal determinado, isto é, assente em avaliações de carácter relativo, só temporalmente e contextualmente válidas (Riegl, 2011, p. 14, orig. 1903; Scarrochia, 2011, p. 82 ss.).

² O diploma foi revogado pela Lei n.º 10, de 22 de dezembro de 1988, Art. 26.º (Moçambique, 1988). Na sequência de várias reestruturações e especialização do sector das Obras Públicas, à Comissão dos Monumentos sucedeu a Comissão de Monumentos Nacionais, junto da Repartição de Edifícios e Monumentos da Direcção Provincial dos Serviços de Obras Públicas e Transportes (cf. Portugal, 1964, Art. 19.º, p. 334; Moçambique, 1967, Art. 17.º, p. 1413-1414).

³ A fortaleza de Sofala (juntamente com a de Quíloa) constava como uma das primeiras construções perenes da costa oriental africana (1505), erigida sob influência europeia. No início do século XX, sobreviviam poucos vestígios da construção, não obstante, essa assumiu um simbolismo peculiar na narrativa estadonovista da gesta portuguesa e, em 1939, o pavilhão de honra da “Exposição histórica, cultural, comercial e agrícola”, organizada na cidade da Beira e inaugurada pelo Presidente da República, General Óscar Carmona (no âmbito das comemorações dos “Centenários da Nacionalidade e da Independência”), tomou a forma, à escala real, da fortaleza de S. Caetano de Sofala, expondo simbolicamente a pedra de armas da velha fortaleza e um Cristo mutilado (*Alguns aspectos da viagem presidencial...*, 1940, vol. II; Costa, 1940, p. 214; Franco de Mendonça, 2016, p. 228).

⁴ E.g., entre as décadas de 1950 e 70, Luís Benavente (1902-1992) exerceu em S. Tomé e Príncipe e em Cabo Verde (Neto, 2001, p. 230) e Joaquim Areal da Silva, em meados da década de 1940, em Moçambique (“Informações e Notícias...”, 1948, p. 75-77).

⁵ Cf. “Actividades da Comissão...”, 1966, 1967, 1969; Portugal, 1932; 1947; 1964, Art. 19, p. 334.

designação que abrangia construções e sítios arqueológicos da história pré-colonial, “Edifícios significativos da conquista e ocupação do território”, associados a factos e “personalidades de relêvo da história da Colônia”, e “edifícios oferecendo particular interesse arquitectónico” (Moçambique, 1943a, Art. 8.º, p. 60)⁶. De entre esses, as ruínas das antigas fortalezas da bacia do Zambeze, do Ibo e as igrejas e palácios da “cidade de pedra e cal” e fortalezas da Ilha de Moçambique e terra firme em redor, permaneceriam os exemplos mais celebrados⁷. Em sintonia com o que decorria na metrópole⁸, foram sobretudo as fortalezas, as igrejas e os palácios erigidos nas áreas geográficas onde primeiro se fez sentir a influência portuguesa (entre os séculos XVI e XVIII, no Norte e Centro do território que viria a formar Moçambique) que primeiramente foram objeto de inventariação e classificação⁹, seguindo-se, entre outros, o “núcleo urbano” da Ilha de Moçambique (Portaria n.º 15.366, de 3 de maio de 1955) e o do Ibo (Portaria n.º 16.429, de 14 de outubro de 1962).

A cidade de Lourenço Marques (renomeada Maputo em 1976), capital moderna, produto recente da reorganização administrativa da colônia¹⁰, não parecia reter as mesmas condicionantes desses velhos monumentos e suas “valências” —apresentados pela Administração colonial como o “[...] elo candente entre a Grandeza do Passado e a era de Engrandecimento iniciada no Presente” (Tenente Cardoso dos Santos *apud* Santos, 1937, p. 27). A pertinência histórica dos seus conjuntos urbanos mais antigos (o da Baixa e o da antiga vila da Ponta Vermelha¹¹), não parecia por isso sustentar uma discussão consequente em torno da sua proteção —além da classificação pioneira da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (Portaria n.º 5 093, de 3 de abril de 1943), na Baixa antiga, apenas uma série de poucos edifícios dispersos e o “parque onde se situa o Palácio da Ponta Vermelha”, foram tutelados já na última década do período colonial¹². Por outro lado, ou sobretudo por isso, a crescente pressão imobiliária fomentada pelos

⁶ O diploma referia para a categoria de “monumento”, sítios, edifícios e “objetos imóveis de interesse antropológico, arqueológico ou histórico”; e para a categoria de “reliquia”, o patrimônio móvel.

⁷ Para além da representação extensa de parte destes monumentos (em fotografia e em maquete) nas exposições coloniais na metrópole e nas colônias (Angola e Moçambique) nos anos de 1930-40 (veja-se, e.g., Costa, 1940, p. 214; Franco de Mendonça, 2016, p. 227-228; Santos, 1937, p. 20-21), a publicação periódica dos trabalhos da Comissão dos Monumentos desde a década de 1940 e, com mais abrangência, durante a década de 1960, privilegiou a análise histórica e as obras de conservação levadas a cabo no conjunto urbano da Ilha de Moçambique e nos seus principais monumentos, bem como nos monumentos do Continente fronteiriço, veja-se *Monumenta...*, 1965-1973.

⁸ Os monumentos eleitos eram, nas palavras de Neto (2001, p. 45), “[...] aqueles que melhor ilustra[vam] a História ‘prescrita’ pelo regime, funcionando como testemunhos vivos que autentic[avam] os momentos de triunfo da Nação secular”. Com a fundação do Estado Novo, o Governo português identificou a “conservação” do patrimônio monumental como pertinente ao seu programa político de “restauração” nacional, nesse sentido, colocou na primeira linha da sua propaganda, a ação das Obras Públicas, com relevância para a DGEMN (Neto, 2001). Sobre a política de “restauração” dos monumentos nacionais concretizada pela DGEMN, veja-se Acciaiuoli, 1998, p. 11-14; Neto, 2001, p. 143 ss.

⁹ Para a primeira lista de classificações, que incluía a fortaleza de Lourenço Marques, veja-se Moçambique, 1943b.

¹⁰ Cf. Lemos, 1987, p. 12.

¹¹ A vila, edificada sobre o *plateau* da Ponta Vermelha, desenvolveu-se à parte e só foi integrada na cidade de Lourenço Marques em 1895 (Ennes, 1896, p. 244-245). Foi nessa área apartada de Lourenço Marques que, em finais do século XIX, se instalou (e se manteve até ao final do período colonial) a sede da administração da colônia (e posteriormente, a da Presidência da República).

¹² Em 1964, foi classificado como monumento nacional, o edifício da antiga Residência do Governo (atual Museu da Moeda/Casa Amarela) (Portaria n.º 17.685, de 8 de abril). Sempre na área da Baixa, no ano 1972, foram classificados como imóveis de interesse público os seguintes edifícios: a Casa de Ferro (atual sede da Direção Nacional do Património Cultural) (Portaria n.º 383, de 11 de abril); o Tribunal da Relação e Tribunal Administrativo (antiga “Vila Joia”, atual Tribunal Supremo) (Portaria n.º 384, de 11 de abril); a Mesquita da Rua Salazar (atual Rua da Mesquita) (Portaria n.º 385, de 11 de abril); o Tribunal Cível e Criminal (antigo edifício da Câmara Municipal, atualmente Tribunal da Relação) (Portaria n.º 625, de 17 de junho); o Hotel Clube (atual Centro Cultural Franco-Moçambicano) (Portaria n.º 626, de 17 de junho); e o edifício no gaveto da Avenida da República (atual 25 de Setembro) com a Rua da Imprensa (antiga Cadeia Civil, atual Livraria da Imprensa Nacional) (Portaria n.º 962, de 7 de novembro). Na área da antiga vila da Ponta Vermelha (atual bairro Polana “A”), foi classificado o “parque onde se situa o Palácio da Ponta Vermelha e o conjunto de imóveis que constitu[íam] a Residência do Governo-Geral e

privados e apoiada pela Câmara Municipal tornava essa discussão ainda mais condicionada. Se até à década de 1950, os Regulamentos e Posturas condicionaram as frentes de edificação sobre a Rua Consiglieri Pedroso (Baixa antiga) a um máximo de dois pisos (José Gomes Bastos, 10 dez. 1954 *apud* Miranda, 2013, p. 352, nota 115), passado pouco tempo, com a entrada em vigor do “Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques” (1955), as frentes sobre essa rua puderam subir até aos 24 metros (Mario Pignatelli, 26 jul. 1958 *apud* Miranda, 2013, p. 352, nota 116; Mario Pignatelli, 12 maio 1960 *apud* Miranda, 2013, p. 349, nota 102).



Figura 01: Vista aérea da Baixa de Lourenço Marques, 1963. No centro da imagem, o quarteirão do Mercado Central e a Av. da República/ 25 de Setembro, paralela à costa. À direita, entre a avenida e o porto, a Baixa antiga.

Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique —AHM, “Coleção Iconográfica da Câmara Municipal de Lourenço Marques”, “Vistas aéreas 1965-1972”, Cx. 3, Icon. 390.

Como conjunto urbano, apenas o da Baixa antiga (Figura 1) foi objeto de recomendações especiais no último plano diretor do período colonial (o “Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques”—PDULM)¹³. O PDULM dava aval, por outro lado, à transformação do tecido urbano nas áreas adjacentes, para onde admitia a “Dominância de construções do tipo torre” (Lourenço Marques, 1969, v. XVIII, Peça 63A). Estudos urbanísticos contemporâneos, delineados tanto para a encomenda pública como privada, advogavam a alteração radical das cérceas e tipologias na Baixa (e restante área central). Contemporaneamente, a Comissão dos Monumentos levava adiante algumas campanhas de obras pelo território, constituía museus e procedia ao inventário e ao Tombo do patrimônio, reunindo um espólio considerável sobre obras de arte, sítios, áreas urbanas, o estado de conservação dos monumentos classificados e as obras de restauro operadas, material hoje acessível, em parte, no Fundo da Comissão dos Monumentos, no Arquivo do Patrimônio Cultural/ Instituto de investigação Sociocultural —ARPAC, em Maputo (Franco de Mendonça, 2016, p. 244-245). Os temas relativos ao patrimônio foram, e de acordo com a própria missão da Comissão dos Monumentos, objeto de divulgação e propaganda (“cultural e turística”) nas publicações oficiais da colônia desde as décadas de 1940 e na revista *Monumenta* a partir de meados da década de 1960.

Desde o início da década de 1940 que a Administração colonial referia a necessidade de produzir um plano de urbanização para a fortaleza de N. Sra. da Conceição, a integrar no futuro plano de urbanização da cidade¹⁴. A fortaleza, elemento primário e estruturante do núcleo fundacional de Lourenço Marques, entendida contemporaneamente como “[...] o mais antigo testemunho da ocupação e soberania portuguesa

onde funciona[vam] a Repartição de Gabinete e serviços superiores afins” (Portaria n.º 924, de 24 de outubro), fixando-se uma extensa área de proteção a esse conjunto (cf. Moçambique, 1972, Art. 2.º).

¹³ O “Estudo Parcelar da Baixa Histórica” apontava a preservação “[...] tanto quanto possível, [d]os [...] valores, ambiência, textura urbana e cunho arquitectónico próprios” da Baixa, uma “[á]rea de interesse histórico e arquitectónico, com comércio e vida local típicos, muito solicitada por pressões de demolição e renovação” (Lourenço Marques, 1969, v. XXI, Peça 74).

¹⁴ Veja-se “Crónica do Trimestre...”, 1942, p. 144-145.

na Baía da Lagoa e territórios [...] circunda[antes]” (“Crônica do Trimestre...”, 1942, p. 144), foi, de sequência, o primeiro monumento da cidade a ser elegido para restauro e classificação (nesta ordem)¹⁵ e objeto de um estudo para averiguar as condições de factibilidade do seu restauro, a sua integração num plano de urbanização e aproveitamento para museu arqueológico. Ao estudo pormenorizado do edifício, apoiado por sondagens arqueológicas, seguiu-se um restauro estilístico¹⁶ (Figura 2), em tudo comparável ao da vizinha Casa Amarela (este último já no início da década de 1970)¹⁷, mas o plano de urbanização da cidade que se seguiu não reconheceu valor à Baixa antiga e, de sequência, não estipulou medidas de salvaguarda para essa área. Pelo contrário, o já referido “Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques”, delineado na metrópole pelo Gabinete de Urbanização Colonial —GUC depois Gabinete de Urbanização do Ultramar —GUU¹⁸, encarava com naturalidade a densificação da Baixa¹⁹, dado o forte crescimento verificado nas atividades de comércio e serviços (concentradas à época nessa área).

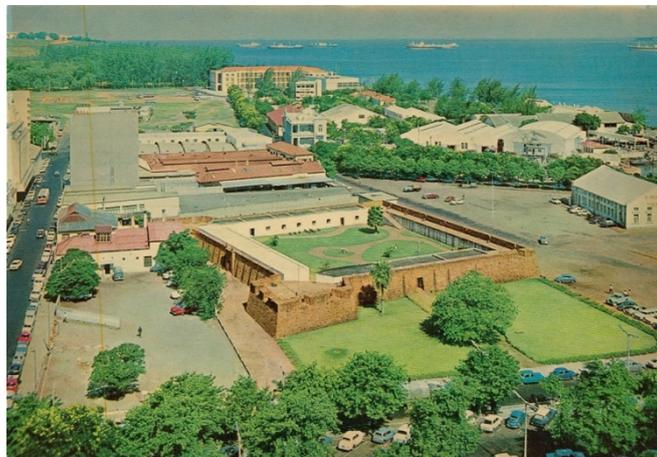


Figura 02: Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, Praça 7 de Março/ 25 de Junho, postal anos 1960.
Fonte: *housesofmaputo* http://housesofmaputo.blogspot.com/2017/02/fortaleza-reconstrucao-de-1890-aos-anos_17.html.

As metodologias de análise histórica e operativa utilizadas nos restauros da fortaleza e da Casa Amarela, podem ser generalizadas às restantes intervenções levadas a efeito em Moçambique durante a vigência da Comissão dos Monumentos (1943-1975). O restauro estava subjacente à restituição do monumento à sua conformação primitiva ou à unidade de estilo “devida”. Interessa salientar, para o entendimento do processo de “restituição” da fortaleza, na sua temporalidade própria, que os trabalhos desenrolaram-se em

¹⁵ O Governo da colónia publicou em portaria específica que “[...] no caso de ser ainda possível o seu restauro com a idoneidade que as reconstituições históricas reclamam, ser a mesma Praça proclamada monumento histórico de Moçambique” (*apud* “Crônica do Trimestre...”, 1942, p. 144).

¹⁶ Para algumas imagens da fortaleza antes e depois do restauro, veja-se Lobato, 1970, p. 89-108. Sobre o estado da fortaleza aquando dos estudos para a sua reconstituição na década de 1940 e sobre as obras de que foi objeto sucessivamente, veja-se “Actividades da Comissão...”, 1970, p. 85; “Actividades da Comissão...”, 1971; Lima, 1966, p. 145 ss.; Lobato, 1970, p. 75-79; Moraes, 2001, p. 65-66.

¹⁷ Cf. “Actividades da Comissão...”, 1972. A antiga Residência do Governo, situada no gaveto da Praça 7 de Março (atual Praça 25 de Junho) com a Rua Consiglieri Pedroso, fora sede de várias repartições públicas e recebera a primeira reunião da Comissão Municipal, em 6 de setembro de 1877. Volto ao restauro do edifício de seguida.

¹⁸ O GUC, um organismo central sediado em Lisboa (criado pelo Decreto n.º 34.173, de 6 de dezembro de 1944), sob a alçada do Ministério das Colónias, era responsável pela elaboração de projetos de arquitectura e de urbanismo para as colónias (Milheiro e Dias, 2009, p. 82). A partir dos anos de 1950, tanto a intensificação das encomendas, como um exercício desajustado da arquitetura e do urbanismo motivado pelo desconhecimento dos territórios ultramarinos, levou à descentralização dos serviços e à constituição de delegações locais. Remodelado e renomeado sucessivamente, o Gabinete manteve um papel determinante na planificação e formalização de infraestruturas dos territórios ultramarinos. Sobre o Gabinete, veja-se Milheiro e Dias, 2009, p. 81-85, p. 89.

¹⁹ Cf. Lourenço Marques, 1955, v. II, p. 41-42, p. 102, p. 117-118; p. 173.

consonância com o procedimento e a metodologia corrente de reabilitação de monumentos levada a cabo pela DGEMN até à década de 1950 e mesmo depois, com resultados amplamente divulgados no âmbito das Comemorações Centenárias²⁰. Este processo não deve ser entendido apenas como um procedimento de propaganda cultural e política dos monumentos (da colonização) nos territórios colonizados, consonante à condição colonial, mesmo levando em conta que essa condição determinou um entendimento excludente do patrimônio e de sequência, a sua seleção e divulgação. O comportamento relativamente ao patrimônio edificado e sua conservação refletia, sobretudo, o próprio (des)entendimento da metrópole e o seu alheamento relativamente à discussão que vinha ocorrendo em torno deste tema em âmbito internacional —e.g., parâmetros de intervenção nos monumentos, nos centros históricos, etc.— com maior intensidade a partir das primeiras décadas do século XX e sobretudo no imediato pós-guerra.

O acesso progressivo a informação (produzida em ambientes externos) por parte dos técnicos dos Serviços de Monumentos e a práticas de intervenção conservativa distintas, através de visitas de estudo e da participação em encontros internacionais, bem como a aproximação entre esses Serviços e os estudos de História da Arte (estudos histórico-artísticos dos monumentos), gerou mudanças lentas no entendimento sobre a validade das diferentes épocas de cada edifício e da sua envolvente urbana, sobre as noções de conjunto e sítio monumental (Neto, 2001, p. 240-241, p. 277 nota 119) e, de sequência, na prática do restauro na metrópole. Mudanças essas, legitimadas, em parte, pelas sucessivas reestruturações da orientação oficial (Grilo, [s.d.], p. 5; Neto, 2001, p. 205 ss.). Reconhece-se, no entanto, que no contexto português, o entendimento corrente sobre restauro arquitetónico ficou indefinidamente associado à corrente de reintegrações estilísticas que assolou os monumentos nacionais —especialmente aqueles associados, pela propaganda das primeiras décadas do Estado Novo, à fundação da Nação, à Restauração (de 1640) e ao período áureo dos Descobrimentos (e de sequência ao Império Ultramarino). A análise do comportamento operativo da tutela ao longo do período do Estado Novo em Moçambique permite enfatizar que a conservação, valorização e divulgação do patrimônio apareciam subordinadas a uma construção de Identidade que se prendia com o projeto político do Regime. A narrativa oficial procurava assim acentuar o “passado (eleito) e o presente português” da colônia, e um dos pressupostos da “restauração” dos monumentos históricos da colonização: a continuidade entre o tempo passado (pré-determinado) e o tempo contemporâneo, ou por outras palavras, sem que ocorresse a consciência da separação temporal entre o tempo do observador e o tempo da criação da obra do passado. O monumento não era, pois, entendido como um evento histórico concluído e celebrado, mas como um tema aberto, pertencente a um “eterno presente” (Sette, 1996, p. 112). A legitimação do poder através da exaltação da continuidade com o passado foi um dos recursos amplamente utilizados pelo Regime: os monumentos, os locais históricos e determinadas figuras da história, foram aproveitados como forma de legitimação política (Harvey, 2001, p. 330-332) ou, como refere Carbonara (1997, p. 52), recuperando determinados aspetos “[...] como sinal de continuidade com o passado e por isso com a autoridade dos antigos”. O “culto dos monumentos” por parte da Administração portuguesa —refiro-me nomeadamente, às ações de salvaguarda do patrimônio arquitetónico, à musealização dos monumentos²¹, ao desenvolvimento de

²⁰ Cf. Neto, 2001, p. 149-151. O interesse do regime na divulgação da “valorização” do patrimônio monumental e seus inerentes fundamentos teóricos e ideológicos ficou patente nos *Boletins da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, publicados desde 1935 até aos anos de 1990 (Grilo, s.d., p. 5). Para uma série de imagens do “antes” e do “depois” do restauro dos monumentos nacionais portugueses, associados sobretudo às grandes campanhas de obras para as comemorações centenárias de 1940 e de 1960 (VIII Centenário da Formação de Portugal — IV Centenário da Independência Nacional e V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, respetivamente), veja-se *Boletins da DGEMN*, s.d.; *15 ANOS de Obras Públicas*, 1948.

²¹ A título de exemplo, já no início da década de 1970, em Lourenço Marques, a Comissão dos Monumentos instalou o Museu da Cidade na Casa Amarela e fundou o Museu Geográfico Gago Coutinho e Sacadura Cabral na Casa de Ferro (1972), edifício pré-fabricado oitocentista transferido em 1971 para a vizinhança da entrada principal do Jardim Vasco da Gama (atual Tundururu) (“Actividades da Comissão...”, 1972, p. 97; “Actividades da Comissão...”, 1973, p. 74). Para o edifício da antiga Cadeia Civil, onde tinha funcionado o Museu de Geologia Freire de Andrade (inaugurado em 1943), propôs-se a restituição da sua “traça primitiva” e ali acomodar o Museu da Moeda (Portaria n.º 962, de 7 de novembro de 1972, Art. 2.º).

unidades museológicas, à edificação de memoriais a figuras e acontecimentos da narrativa colonial²², etc.— inseria-se num processo e num contexto nacional e internacional precisos. E foram práticas associadas tanto ao processo de restauração e fomento do país, como à divulgação da “obra civilizadora” operada e à legitimação da manutenção da soberania portuguesa nos territórios colonizados. Havia que sublinhar, segundo o entendimento contemporâneo, a herança portuguesa, contrariando críticas ao colonialismo que se acentuaram no mundo colonizado com a invasão da Etiópia e o aumento da repressão fascista, e que foram ganhando corpo sobretudo a partir do final da II Guerra Mundial²³ com a criação da Organização das Nações Unidas (1945) e o desenvolvimento de processos de descolonização a nível mundial (Domingos e Peralta, 2013, p. XVIII; Hedges, 1999, p. 75-77, p. 198-199).

2. O RESTAURO DE MONUMENTOS NA BAIXA DE LOURENÇO MARQUES: A FORTALEZA E A CASA AMARELA



Figura 03: Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, Lourenço Marques, [final século XIX?].
Fonte: AHM, “Coleção Iconográfica da Câmara Municipal de Lourenço Marques”, Cx. 2, Icon. 99.

Em meados da década de 1940, a Praça de Nossa Senhora da Conceição foi objeto de um projeto de “reconstituição” encomendado pela Comissão dos Monumentos ao arquiteto da DGEMN, Joaquim Areal da Silva. O projeto assumiu restituir o edifício à sua configuração de final de setecentos, a converter em Museu Histórico e Militar da Colónia. Na memória descritiva do anteprojeto de restauro, lê-se que as sondagens realizadas tinham permitido esclarecer algumas dúvidas sobre a estrutura geral da fortificação, mas que o seu melhor entendimento estava ainda dependente da demolição de várias construções existentes na Praça (Silva, 1945, p. 34). Convém acentuar que do edifício primitivo, saqueado e destruído pelos Franceses em 1796, não existiam registos anteriores a 1811 que referissem o início da substituição progressiva da primitiva construção em estacaria (Lima, 1966, p. 148-149; Silva, 1945, p. 44) —um

²² Na continuidade temporal entre o passado eleito e o presente contemporâneo, aos velhos monumentos vieram juntar-se os novos padrões comemorativos e outros memoriais. No final da década de 1930 e inícios da de 1940 foram inaugurados toda uma série de memoriais nas colónias. Em Lourenço Marques, e.g., em 1939, foi inaugurado, pelo Presidente da República, o padrão comemorativo da primeira visita presidencial, junto à entrada principal do Jardim Vasco da Gama (atual Tunduru); e em 1940, no quadragésimo quinto aniversário do “feito de Chaimite”, o monumento a Mousinho de Albuquerque, na homónima praça (atual da Independência) (“Homenagem a Mousinho...”, 1941, p. 112). A Baixa antiga contava já com o memorial a António Ennes (1910), na Praça António Ennes e com o Padrão da Grande Guerra (1935), na Praça Mac-Mahon (atual dos Trabalhadores) (“Crónica do Trimestre...”, 1935, p. 134; Lobato, 1970, p. 43).

²³ A queda do mito da invulnerabilidade dos sistemas coloniais europeus e o desenvolvimento de uma ideologia anticolonial ganharam força com o colapso dos poderes imperialistas britânico e francês no Oriente e a participação de soldados africanos na II Guerra Mundial (Hedges, 1999, p. 114 ss.). O período seguinte (1945-1961) marcou o apogeu do colonialismo em Moçambique e a clarificação progressiva dos objetivos do movimento anticolonial, fruto da experiência local e da influência da luta anticolonial regional e mundial, aumentando a contestação à situação colonial (Hedges, 1999, p. 129 ss., 196 ss.).

quadrado formado por estacas, que cercava a capela, os quartéis e o armazém, que por sua vez compõem o presídio (Andrade, 1790, p. 2)— pela construção tosca em alvenaria de pedra de tufo e cal, que levou décadas a ultimar-se. Essa construção rudimentar, com um primeiro baluarte concluído na segunda década do século XIX, ameaçou ruína sucessivamente e foi objeto de várias reconstruções faseadas (Lobato, 1970, p. 79-80), juntando-se-lhe progressivamente as casernas adossadas às faces interiores das três cortinas orientadas a este, norte e oeste, e armazéns às faces exteriores (Figura 3). A cortina baixa, a sul, arruinada sucessivamente pela força das águas, foi reconstruída várias vezes. Nas últimas décadas do século XIX, um projeto da Repartição de Obras Públicas acrescentou-lhe os anexos para o aquartelamento e o novo desenho ornamentado da porta orientada a oeste (Figuras 4 e 5)²⁴.

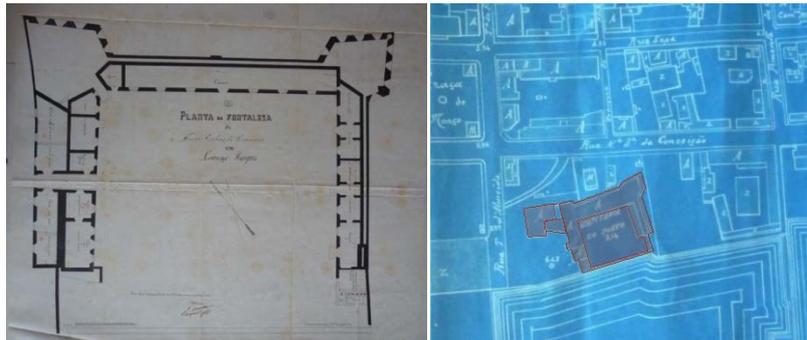


Figura 04: “PLANTA DA FORTALEZA de Nossa Senhora da Conceição EM Lourenço Marques/ João António Ferreira Maya; Moraes Pinto [desenhador]. – Escala de 10 m. – Lourenço Marques: [s.n.], 1877”. A planta assinala uma única porta, virada a noroeste, e uma série de novos compartimentos.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino —AHU (CART m_064_D.1359).

Figura 05: Excerto da “PLANTA CADASTRAL, da cidade, de, LOURENÇO MARQUES, [...], 1897”.

Fonte: AHU (CARTi_064_D.579).

Independentemente da análise histórica, dos dados apurados nas sondagens arqueológicas e do estado contemporâneo da construção, a decisão operativa conformou-se àquilo que se pretendia do resultado, e que pode ser entendido hoje como, nada mais, nada menos, do que a “reconstituição” de um falso histórico. O projetista justificava a solução projetual com base na sua análise histórico-crítica, nas condições “de facto” do edifício e naquilo que melhor se adequaria à “valorização do monumento”: o que subsistia da velha construção na década de 1940 deveria servir apenas como “base de trabalho”. Seria o projeto de reconstituição a dar definição ao monumento (Figuras 6 e 7) e não o monumento a orientar a operação, visto não poder “pretender-se em obras desta natureza —sucessivamente modificadas [...]— um rigor absoluto” (Silva, 1945, p. 34). Todavia, e sempre segundo o projetista, mesmo neste tipo de obras de reconstituição simples, requeria-se “[...] uma observação cuidada e assídua a fim de lhes imprimir o caráter da *construção que se pretende representar* e nas quais se não *podem permitir fantasias de traçado ou de execução*” (Silva, 1945, p. 44; nosso sublinhado).

Areal da Silva defendia um método para a restituição “do estilo devido” já amplamente testado na metrópole —atinentes à purificação linguística, sacrificando estratificações históricas— mas reconhecia, todavia, alguma limitação prática a esse procedimento (Silva, 1945, p. 35). A mesma, aliás, notada pelos operadores de restauro “estilístico” e “filológico” no final do século precedente, face à dificuldade de criar *ex novo* partes de monumentos que tinham sido deixados incompletos ou dos quais não possuíam dados fidedignos. Ultrapassavam essa dificuldade, tal como sugeria Areal da Silva, servindo-se da analogia, utilizando outros monumentos, do período histórico eleito, como referência criativa. Segundo o projetista, a importância deste testemunho único em Lourenço Marques dos tempos da conquista e ocupação portuguesas impunha “[...] por isso só, *a sua reintegração o mais possível completa no traçado original*” (Silva, 1945, p. 39; nosso sublinhado). Nesse sentido, o anteprojeto —constituído por uma planta geral da reconstituição, alçados norte, oeste, sul e este e corte transversal, à escala 1/200; por uma

²⁴ Sobre estas transformações, veja-se Lobato, 1970, p. 89; [s.p.] imagem 56.

planta com a indicação das obras à escala 1/100; desenhos do aspeto geral (vistas axonométricas) e uma memória descritiva— propunha a manutenção da bateria baixa na cortina sul, entendendo que esse “[...] traçado não se afast[ava] muito da fortificação de 1787” (Silva, 1945, p. 39); a eliminação da porta sobre o flanco leste, reabrindo outra considerada precedente a norte (encerrada à época por um corpo de casernas); duas canhoneiras em cada face dos baluartes e uma em cada flanco, acrescentando aos baluartes rampas de acesso colocadas segundo a bissetriz dos ângulos (de acordo com vestígios apurados no baluarte a noroeste); e a demolição e reconstrução indistinta de várias dependências (casernas, calabouço, botica, etc.) (Silva, 1945, p. 39-43).

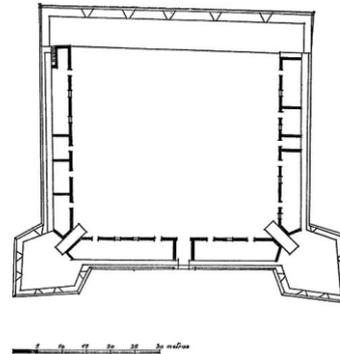
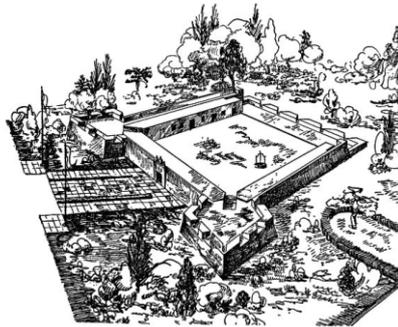


Figura 06: Anteprojeto da Fortaleza de N. Sra. da Conceição, versão I (com a reabertura da Porta de Armas na cortina norte), perspectiva, Joaquim Areal da Silva.

Fonte: Silva, 1945, p. 29.

Figura 07: Anteprojeto da Fortaleza de N. Sra. da Conceição, planta, Joaquim Areal da Silva.

Fonte: Silva, 1945, p. 37.

Em 1947 decorria a “reconstrução da Praça de N. Sra. da Conceição”, em vias de conclusão em 1951 e em 4 de Outubro de 1955 abria ao público na qualidade de Museu Histórico Militar, encerrando pouco depois da Independência (ARPAC, Fundo da Comissão dos Monumentos; “Crónica do Trimestre...”, 1955, p. 114; depoimento de Alda Costa, abril de 2019). O acervo deste museu era constituído por bens recolhidos em Moçambique, entre eles, e incorporado no próprio edifício durante as obras acima referidas, um arco pertencente à fortaleza de Sofala. As indicações do anteprojeto foram seguidas quase na íntegra, apenas a cortina sul subiu para a altura das restantes e a porta a leste —já assinalada como “Porta da Praça” no “plano em borrão” de António Pedro Baptista Gonçalves, de 1851 (Franco de Mendonça, 2016, p. 61-63)— foi mantida. O resultado da intervenção foi fantasioso e o relato de Alexandre Lobato (1970, p. 75-76) é bem expressivo na sua descrição:

A falta mais sensível será, além de não ser verdadeira, não ter agora o flanco sul metido ao rio, com água pelo rodapé da muralha enterrada funda na praia, mas isso é culpa antiga dos aterros do começo do século [XX, para o alargamento do porto] e das grandes obras que já haviam modificado e acrescentado a Fortaleza para a fazer Quartel de Caçadores, e depois Capitania dos Portos, com casas à frente e alcandoradas nos baluartes e nas cortinas.

Qualquer semelhança que possa haver entre a fortaleza actual, [...], e a realidade histórica, é, pois, pura imaginação. Durante décadas seguidas o problema máximo da terra foi sempre acabar-se a fortaleza, isto é, transformarem-se em alvenarias as barracas, as palhotas e a estacada, fazer-se ao menos de pedra vermelha barrada a cal, [...], o segundo baluarte, com pequenas ameias abertas no murinho estreito.

De entre as intervenções da Comissão dos Monumentos em Lourenço Marques, a Casa Amarela aparece como outro exemplo de restauro estilístico deslocado no tempo. Após longa discussão sobre que fim dar ao edifício, defendendo-se mesmo a sua demolição, “[...] a fim de dar lugar a um moderno arranha-céus, dando continuidade à modernização da baixa”, e posto à venda o talhão correspondente no final da década de 1950 —resolução anulada pela pressão de vozes contrárias (“A Casa Amarela”, 12 out. 1980, p. 8)— a Casa foi classificada e atribuída à Câmara Municipal de Lourenço Marques para ali constituir o Museu e Gabinete de História da Cidade. A portaria justificava assim a classificação,

A cidade de Lourenço Marques é muito pobre de relíquias históricas, pelo que convém preservar as poucas que existem, como documentos vivos das diversas fases da sua transformação de abarracamento modestíssimo, [...], na moderna cidade que é hoje. [...]

É certo que o edifício hoje existente, resultado de transformações para adaptação às sucessivas exigências funcionais das épocas, não tem grandeza arquitectónica nem beleza invulgar. Mas é isso mesmo que deve deixar-se ao futuro, como recordação do tempo em que era a melhor casa da cidade, a única que existia telhada, e das poucas que sobreviveram ao pavoroso incêndio que nos meados do século passado reduziu em algumas horas a escombros quase toda a povoação de casas de madeira e caniço cobertas a capim, [...].

Mas mais do que isso, a velha casa amarela da esquina da Rua Consiglieri Pedroso para a Praça 7 de Março tem um alto significado histórico que interessa legar intacto e valorizado à memória dos homens, que é naturalmente dada a esquecer-se do esforço e do sacrifício das gerações passadas. (Moçambique, 1964)

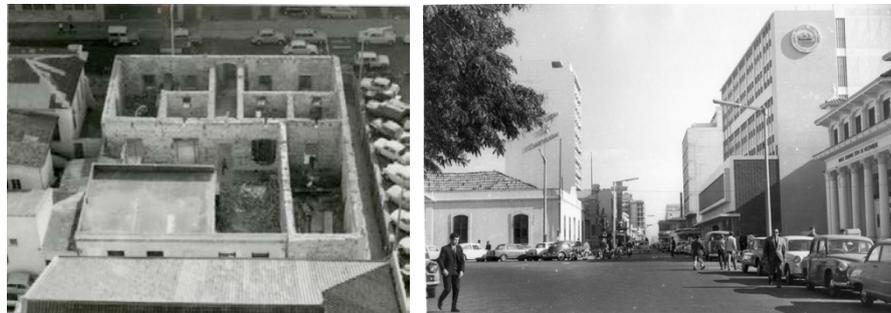


Figura 8: Casa Amarela, obras de restauro (a sul, a Travessa Tenente Valadim), 1 de jul. de 1970. Fonte: AHM, “Coleção Iconográfica da Câmara Municipal de Lourenço Marques”, Cx. 13, Icon. 1902.

Figura 9: “Embocadura de Consiglieri Pedroso vendo-se à esquerda a ‘Casa Amarela’”, [anos 1960 a 1970]. Fonte: AHM, “Coleção Iconográfica da Câmara Municipal de Lourenço Marques”, Cx. 8, Icon. 66.

No início da década de 1970 (e segundo um entendimento distinto daquele entrevisto no texto da portaria supramencionada), uma intervenção bastante invasiva procurou restituir o edifício ao seu desenho primitivo— “[...] no estilo indo-português muito utilizado em Goa e na Ilha de Moçambique” (“A Casa Amarela”, 12 out. 1980, p. 2). Os trabalhos foram seguidos pelo arquiteto da Comissão dos Monumentos, Pedro Quirino da Fonseca e o novo museu foi inaugurado em 1971 (“Actividades da Comissão...”, 1972). No início das obras, não havendo desenhos ou outros dados elucidativos sobre a traça primitiva do edifício, foi feita uma prospecção arqueológica, a desmontagem do telhado e a remoção completa dos rebocos das paredes de alvenaria de pedra (Figura 8). A análise da estratigrafia murária indicou uma construção primitiva coberta em terraço (“A Casa Amarela”, 12 out. 1980, p. 8) e pôs “[...] a descoberto outras modificações que lhe foram sendo introduzidas, alterando profundamente a traça inicial” (Lage e Carrilho, 2010, p. 27). Esses dados consubstanciaram a alteração da cobertura (anulando o telhado) e das fachadas durante as obras de “restituição”²⁵. Independentemente da análise que acordou essas alterações, a maior parte das imagens e relatos conhecidos da Casa, desde finais do século XIX, evidenciavam a cobertura em telhado por detrás das platibandas ornamentadas e o frontão triangular com o escudo das armas (Figuras 9-10). Essa documentação, no entanto, não foi considerada “pertinente” —apenas o escudo das armas foi repostado a pairar sobre a verga da porta principal—, e a Casa Amarela, em 1970, assumiu uma suposta configuração remota (Figura 11), da qual não se conheciam efetivamente dados fiáveis. No seguimento das obras, as janelas foram rebaixadas por não corresponderem ao desenho inicial, alterado no tempo possivelmente devido aos aterros do antigo campo de tiro da fortaleza (depois Largo do Pelourinho/ Praça 7 de Março) e da Rua Consiglieri Pedroso, levando a modificações nas cotas de soleira

²⁵ A “ficha de inquérito” do monumento, realizada em 1982 pelo Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, refere estas informações sobre o restauro do edifício, ARPAC (Cx. Maputo-Cidade-XI, pasta “Casa Amarela”).

(visíveis nas diferenças de cota nos pavimentos no interior do edifício, entre a entrada principal, sobre a Praça 25 de Junho, e a ala virada a norte, sobre a Rua Consiglieri Pedroso).



Figura 10: A Residência do Governo (atual Museu da Moeda/ Casa Amarela), Lourenço Marques, *ca.* 1887.

Fonte: Fowler, 1887, p. 5.



Figura 11: A Casa Amarela após o restauro, Lourenço Marques, abril 1971.

Fonte: AHM, “Coleção Iconográfica da Câmara Municipal de Lourenço Marques”, Cx. 13, Icon. 236.

As obras abrangentes levadas a cabo pela Comissão dos Monumentos, com base na investigação do historiador Alfredo Pereira de Lima (1917-1976), encontram-se bem documentadas no projeto de arquitetura — do qual consta o levantamento do existente e o projeto de alterações anotado com as várias modificações efetuadas em curso de obra (ARPAC, Cx. Maputo-Cidade XI, Pasta “Casa Amarela”)—, bem como, através dos levantamentos fotográficos efetuados após as demolições em abril de 1970 (AHM, “Coleção Iconográfica da Câmara Municipal de Lourenço Marques”, Cx. 13, Icon. 1894 a 1902) e logo após a conclusão da obra e a inauguração do museu, em abril de 1971, com várias imagens do evento e do espólio museológico em exposição (AHM, “Coleção Iconográfica da Câmara Municipal de Lourenço Marques”, Cx. 13, Icon. 233 a 244).

As demolições iniciais removeram uma construção agregada à Casa, a sul, de um período sucessivo, libertando parte da parcela (Figuras 8, 12 e 13), onde se desenhou um recanto ajardinado, aberto sobre a Travessa Tenente Valadim, com duas esculturas de semblante clássico, um busto e uma passadeira em calçada portuguesa. Já fora do período temporal que interessa esta discussão, a Casa Amarela passou a receber o Museu Nacional da Moeda a partir de 15 de junho de 1981 (Lage e Carrilho, 2010, p. 28) e o recanto ajardinado foi encerrado com um muro alto (o logradouro é agora acessível pelo interior da Casa). O novo museu, sob a tutela da Universidade Eduardo Mondlane, é o sucessor natural do Gabinete Numismático e de Medalhística, que por iniciativa do então diretor do Arquivo Histórico de Moçambique, Alexandre Lobato (1915-1985), e sob a tutela daquela instituição, se tinha começado a organizar no início da década de 1970, a partir de uma pequena coleção presente no Museu Histórico Militar, instalado na vizinha fortaleza (Portaria n.º 962, de 7 de novembro de 1972; Sopa, [s.d.], [s.p.]).



Figura 12: Logradouro da Casa Amarela após o restauro, Lourenço Marques, abril 1971.

Fonte: AHM, “Coleção Iconográfica da Câmara Municipal de Lourenço Marques”, Cx. 13, Icon. 233.

Figura 13: Logradouro da Casa Amarela após o restauro, estátua de Hércules, Lourenço Marques, abril 1971.

Fonte: AHM, “Coleção Iconográfica da Câmara Municipal de Lourenço Marques”, Cx. 13, Icon. 243.

2.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “valorização do monumento” em Moçambique, durante o Estado Novo, mesmo em época tardia, serviu, como já foi referido, para enaltecer a hegemonia portuguesa e “promover a propaganda cultural e turística” atinente ao fomento da economia da província e à manutenção da soberania portuguesa. A ideia de monumento aparecia associada, por um lado, aos memoriais, sobretudo estatuária, erigidos “[...] com o objectivo expresso de evocar a memória de acontecimentos e personalidades celebradas pela gesta histórica da nação [portuguesa]” e, por outro, “[...] aparentava remeter para o conceito de monumento histórico, tal como ele foi teorizado por Alois Riegl” (Navarro, 2012, p. 190). Ou seja, como um testemunho material que, de forma alheia à razão da sua criação, é investido de significado particular e celebrado num quadro e tempo históricos precisos pela memória coletiva²⁶. Nessa categoria, os edifícios eleitos para classificação e restauro foram sobretudo aqueles reconhecidos contemporaneamente como símbolos emblemáticos da colonização. Sobre esses, procurou-se operar a restituição da “forma devida”, apostando numa aparente reversibilidade do tempo, levando “[...] a supor que se havia conseguido uma espécie de união natural entre a definição de uma política patrimonial e as práticas de conservação utilizadas” (Acciaiuoli, 1998, p. 13). A fortaleza de N. Sra. da Conceição e a Casa Amarela, encarados como elementos singulares da arquitetura fundacional do presídio laurentino, foram, de sequência, objeto de projetos ensaiados pela Direção dos Monumentos Nacionais e pela Comissão dos Monumentos, assumindo, um e outro, configurações hipotéticas primitivas. A pertinência histórica destes edifícios e desses projetos de restauro, dos seus valores figurativos e simbólicos, pode ser hoje apreciada com o distanciamento adequado ao entendimento do contexto histórico e ideológico que lhes deu forma. O que nos permite aprofundar o conhecimento das práticas de conservação e restauro do patrimônio operadas pela Administração portuguesa em Moçambique, a sua relação com as práticas da metrópole e com a construção da memória coletiva, indissociáveis da história político-social do período. Permite-nos também investigar esses edifícios, que figuram entre os monumentos classificados da República de Moçambique, reinvestidos de outros significados pertinentes à construção da memória coletiva nacional.

A investigação permitiu aferir que na década sucessiva à da instauração do Estado Novo, foi instituída uma Comissão dos Monumentos em Moçambique, com referência na DGEMN, e posto em prática um programa cultural e político de “restauração” e divulgação do património cultural que melhor respondia aos objetivos do Regime. Esse programa passava por inventariar, classificar, restaurar e reintegrar o

²⁶ “O sentido e o significado dos monumentos depende do significado que nós, sujeitos modernos, lhe atribuímos e não da sua função originária” (Riegl, 2011, p. 16, orig. 1903; trad. dos autores). Riegl descreve os valores dos monumentos distinguindo “monumentos intencionais” —criados especificamente para assinalar um evento a recordar pelas gerações sucessivas (Scarrocchia, 2011, p. 85)—, e “monumentos não intencionais ou involuntários” —que, independentemente das razões que assistiram à sua criação, foram associados sucessivamente a um valor histórico ou artístico, ou, contemporaneamente histórico-artístico, ou seja, cuja “eleição” como monumento histórico e/ou artístico ficou dependente da vontade subjetiva de quem operou o reconhecimento, isto é, da percepção moderna (Jokilehto, 2006, p. 54).

edificado com referentes na (construção de) memória do Império Colonial Português. Uma atitude símile marcou em diversas épocas o “aproveitamento” dos monumentos, e.g., o entendimento em grande parte da Europa ao longo do século XIX da *mise en valeur* do monumento residia no servir um propósito, que (em determinadas situações políticas e nacionalistas) podia criar —reportando o monumento a um modelo— formas emblemáticas (falsas), que facilmente induziam a recordar um antigo esplendor (Stefano, 2007, p. 23). A obra da Comissão dos Monumentos na eleição e conservação do património e na formação de um arquivo considerável, é hoje muito relevante para a investigação das práticas do património em Moçambique sob o Estado Novo e do seu impacto para além do período colonial, i.e., nas condições de investigação da história, ainda e necessariamente incompleta, da construção do património cultural de Moçambique e dos seus edifícios.

Nota: A referência a ruas, praças e edifícios da cidade de Lourenço Marques segue a denominação do período colonial, seguida da atual. As transcrições mantêm a grafia de origem.

Esta investigação foi iniciada num programa de doutoramento e aprofundada sucessivamente, tendo beneficiado de uma bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) (SFRH/ BD/73605/ 2010), de fundos do projeto de Patrimónios de Influência Portuguesa da Universidade de Coimbra para uma deslocação a Maputo e de uma bolsa da Fundação Alexander Von Humboldt (Alemanha) para pós-doutoramento. Agradecemos o acesso a fontes indispensáveis à preparação deste texto, ao ARPAC, ao AHM, ao AHU e à Biblioteca Nacional de Portugal. E a Alda Costa, os vários esclarecimentos sobre a Comissão dos Monumentos e a Fortaleza de Maputo.

REFERÊNCIAS

“A Casa Amarela.” 12 out. 1980. *Notícias* (Maputo), 2 e 8.

Acciaiuoli, Margarida. 1998. *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.

“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1965.” 1966. *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, n. 2 (anual): 67-69.

“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1966.” 1967. *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, n. 3 (anual): 77-78.

“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1968.” 1969. *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, n. 5 (anual): 77-78.

“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1969.” 1970. *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, n. 6 (anual): 87-89.

“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1970.” 1971. *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, n. 7 (anual): 95-96.

“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1971.” 1972. *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, n. 8 (anual): 95-97.

“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1972.” 1973. *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, n. 9 (anual): 74.

Alguns Aspectos da Viagem Presidencial às Colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da Visita do Chefe de Estado à União Sul-Africana. 1940. Lisboa: Agência Geral das Colónias. v. II.

Andrade, Jeronimo Joze Nogueira de (Capitão de Artilharia). 1790. *Descrição da Cappitania de Mossambique. Com a informação, e algumas observaçoens sobre o estado, em que, nos fins do anno de 1789; ficavão os negocios, a População, o Commercio, os Prezídios, e a Administração da Justiça de cada huma das Villas desta Cappitania; e algumas observaçoens particulares*. Códice N.º 588, Biblioteca Pública Municipal do Porto (Portugal).

Boletins da DGEMN: Números 1 ao 131. s.d. Lisboa: DGEMN. CD-ROM.

Carbonara, Giovanni. 1997. *Avvicinamento al restauro: Teoria, storia, monumenti*. Napoli: Liguori Editore.

Costa, Mário Augusto da. 1940. *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique*. Beira: Imprensa da Companhia de Moçambique.

“Crónica do Trimestre: Monumentos da Colónias.” 1935. *Moçambique: Documentário Trimestral*, n. 4 (dez.): 133-138. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N004&p=134>.

“Crónica do Trimestre: Colonização e Fomento, Monumentos Históricos de Moçambique.” 1942. *Moçambique: Documentário Trimestral*, n. 30 (jun.): 144-145. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N030&p=145>.

“Crónica do Trimestre: Museu da Fortaleza de Lourenço Marques.” 1955. *Moçambique: Documentário Trimestral*, n. 84 (dez.): 114. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N084&p=115>.

Domingos, Nuno, e Elsa Peralta. 2013. “A Cidade e o Colonial.” In *Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais*, organização de Nuno Domingos e Elsa Peralta, IX-L. Lisboa: Edições 70.

Ennes, António. 1896. Providências publicadas pelo commissário régio na província de Moçambique, Conselheiro António José Ennes, desde 1 de Janeiro até 18 de Dezembro de 1895. Lisboa: Imprensa Nacional.

Fowler, C. S. 1887. *Views of Lourenço Marques (Delagoa Bay) and Transvaal Railway: Presented by Colonel E. Mc Murdo*. [S.l.: s.n.]. <http://purl.pt/17379>.

Franco de Mendonça, Lisandra. 2016. “Conservação da arquitetura e do ambiente urbano modernos: A Baixa de Maputo.” Tese de doutorado, Universidade de Coimbra/“Sapienza” Università di Roma. <http://hdl.handle.net/10316/29573>.

Grilo, Maria Inácia Teles. s.d. “Os Boletins da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1935-1990).” In *Boletins da DGEMN: Números 1 ao 131*, 3-7. Lisboa: DGEMN. CD-ROM.

Harvey, David C. 2001. “Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies.” *International Journal of Heritage Studies*, 7 (4): 319-338.

Hedges, David, coord. 1999. *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. 2. ed. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane. v. 2.

“Homenagem a Mousinho de Albuquerque no 45.º aniversário de Chaimite.” 1941. *Boletim Geral das Colónias*, n. 188 (fev.): 104-113. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=BGC/BGC-N188&p=104>.

“Informações e notícias (secção portuguesa): Monumentos de Moçambique.” 1948. *Boletim Geral das Colónias*, n. 272 (fev.): 75-77. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=BGC/BGC-N272&p=77>.

Jokilehto, Jukka. 2006. “Alois Riegl e Cesare Brandi nel loro contesto culturale.” In *La teoria del restauro del Novecento da Riegl a Brandi. Atti del Convegno Internazionale di Studi (Viterbo, 12-15 novembre 2003)*, a cura di Maria Andaloro, 51-57. Firenze: Nardini Editore.

Lage, Luís, e Júlio Carrilho, coord. 2010. *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. Maputo: FAPF.

Lemos, Manuel Jorge Correia de. 1987. “Maputo, deste lado da baía. Considerações sobre a toponímia da cidade.” *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, n. 2, 5-18.

Lima, Alfredo Pereira de. 1966. *Edifícios Históricos de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Livraria e Tipografia Académica.

Lobato, Alexandre. 1970. *Lourenço Marques, Xilunguine: Biografia da cidade*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.

Lourenço Marques. 1955. Gabinete de Urbanização, Ministério do Ultramar. *Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques: Peças Escritas, Memória Descritiva e Justificativa, Regulamento*. Lourenço Marques, v. II.

Lourenço Marques. 1969. Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques. Coordenação de Mário de Azevedo. *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*. Lourenço Marques. 23 v.

Milheiro, Ana Vaz, e Eduardo Costa Dias. 2009. “Arquitectura em Bissau e os gabinetes de urbanização colonial (1944-1974).” *Arq.urb - Revista Eletrónica de Arquitectura e Urbanismo*, n. 2 (seg. semestre): 80-114. http://www.usjt.br/arq.urb/numero_02/artigo_ana.pdf.

Miranda, Elisiário. 2013. “Liberdade & Ortodoxia: Infraestruturas de arquitetura moderna em Moçambique (1951-1964).” Tese de doutorado, Universidade do Minho.

Moçambique. Portaria n.º 4301, de 19 de fevereiro de 1941. Regulamenta a execução do decreto n.º 30.917, de 25 de novembro de 1940, que determina que a superintendência nas Obras Públicas da Colónia de Moçambique fique pertencendo a uma direcção de serviços, que atua por intermédio de duas repartições. *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, I Série, n. 8, 19 fev. 1941, 36-37.

Moçambique. Diploma Legislativo n.º 825, de 20 de fevereiro de 1943a. Cria a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique. *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, I Série, n. 8, 20 fev. 1943, 59-61.

Moçambique. Portaria n.º 5093, de 3 de abril de 1943b. Proclama monumentos e relíquias históricas da colónia os que são mencionados nesta portaria. *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, I Série, n. 14, 3 abr. 1943, 104.

Moçambique. Portaria n.º 17.685, de 8 de abril de 1964. Proclama monumento nacional o edifício da antiga Residência do Governo, propriedade do Estado, situado em Lourenço Marques. Transfere para a Câmara Municipal de Lourenço Marques a propriedade do referido edifício para nele se instalar o Museu da Cidade. *Boletim Oficial de Moçambique*, I Série, n. 14, 8 abr. 1964, 478-479.

Moçambique. Portaria n.º 20.628, de 1967. Promulga o Regulamento da Direcção Provincial dos Serviços de Obras Públicas e Transportes. *Boletim Oficial de Moçambique*, I Série, n. 45, 11 de nov. 1967, 1409-1427.

Moçambique. Portaria n.º 924, de 28 de novembro de 1972. Retificação do artigo 2.º da Portaria n.º 924, publicada no *Boletim Oficial*, I Série, n. 123, 24 out. 1972, 1608, relativo à área de proteção do parque onde se situa o Palácio da Ponta Vermelha. *Boletim Oficial*, I Série, n. 140, 2 dez. 1972, 1773.

Moçambique. Lei n.º 10, de 22 de dezembro de 1988. Dispõe sobre a Proteção do Património Cultural. *Boletim [da] República Popular de Moçambique*, Maputo, I Série, n. 51, III suplemento, 22 dez. 1988, 441-(13)-441-(17).

Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique. 1965-1973. Lourenço Marques: Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique. Anual.

Morais, João Sousa. 2001. *Maputo: Património da estrutura e forma urbana: topologia do lugar*. Lisboa: Livros Horizonte.

Navarro, Bruno. 2012. "A Estação Central de Maputo no contexto das políticas de preservação do património edificado de Moçambique: Estudo de caso." *Historiæ*, 3(1): 171-200. <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3154>.

Neto, Maria João. 2001. *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP.

Portugal. Decreto n.º 20.985, de 7 de março de 1932. Institui o Conselho Superior de Belas Artes e extingue os Conselhos de Arte e Arqueologia das três circunscrições. *Diário do Governo*, I Série, n. 56, 7 mar. 1932, 431-436.

Portugal. Portaria n.º 12.185, de 16 de dezembro de 1947. Manda aplicar à colónia de Moçambique os artigos 24.º a 33.º e 35.º a 48.º do decreto n. 20.985 (classificação e regime de monumentos nacionais). *Diário do Governo*, I Série, n. 291, 16 dez. 1947, 1314.

Portugal. Decreto n.º 45.575, de 26 de fevereiro de 1964. Promulga o diploma orgânico dos serviços provinciais de obras públicas e transportes do ultramar. *Diário do Governo*, I Série, n. 48, 26 fev. 1964, 332-253.

15 Anos de Obras Públicas. 1948. Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Porto: Maranus.

Riegl, Alois. 2011 [orig. 1903]. *Il culto moderno dei monumenti: Il suo carattere e i suoi inizi*. Tradução de Renate Trost e Sandro Scarrocchia. In (a cura di) Sandro Scarrocchia. Milano: Abscondita.

Santos, Tenente Cardoso dos. 1937. "Moçambique na Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa." *Moçambique: Documentário Trimestral*, n. 12 (dez.): 5-29. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N012&p=6>.

Scarrocchia, Sandro. 2011. "La Teoria dei Valori Confliggenti dei Monumenti di Alois Riegl." In *Il culto moderno dei monumenti. Il suo carattere e i suoi inizi*, a cura di Sandro Scarrocchia, 75-141. Milano: Abscondita.

Sette, Maria Piera. 1996. "Profilo Storico." In *Trattato di Restauro Architettonico*, diretto da Giovanni Carbonara, 109-299. Torino: UTET.

Silva, Joaquim Areal, 1945. "A Praça de Nossa Senhora da Conceição em Lourenço Marques e o projecto da sua reconstituição." *Moçambique: Documentário Trimestral*, n. 43 (jul.-set.): 23-44. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N043&p=24>.

Sopa, António. s.d. "Cadeia Civil (atual Livraria da Imprensa Nacional de Moçambique)." *Património de Influência Portuguesa* (HPIP). <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=2205>.

Stefano, Roberto Di. 2007. "Presentazione." In *Le Sette Lampade dell'Architettura*, John Ruskin, 11-29. Milano: Jaka Book.